Bandeirante Energia S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 02.302.100/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2015

MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

Assim como no ano anterior, o ano de 2015 mostrou-se bastante desafiador. A permanência do nível das chuvas abaixo da média histórica, no Brasil, exigiu o acionamento quase integral das usinas termelétricas, elevando de maneira significativa o custo de aquisição de energia elétrica para todas as distribuidoras. Para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro das empresas, a ANEEL autorizou Revisão Tarifária Extraordinária e a implantação das Bandeiras Tarifárias, levando a um forte aumento na tarifa de energia elétrica percebida pelos clientes.

Com o agravamento da recessão econômica e pressão inflacionária, os clientes tiveram mais dificuldade para pagar sua conta de energia elétrica e os níveis de inadimplência apresentaram elevação ao longo do ano, pressionando o caixa da empresa.

Neste contexto, continuamos na estratégia de realização de ações prioritárias voltadas para proteção do caixa, otimização da base de custos, manutenção da qualidade dos serviços prestados aos nossos clientes e medidas de combate às perdas de energia.

Mercado

A base de clientes foi incrementada em 3,2% comparado a 2014, que representou 55 mil novos clientes conectados à rede da companhia. O acréscimo neste período concentrou-se na classe residencial (+3,3%) e na classe comercial (+2,4%).

O volume total de energia distribuída na área de concessão da EDP Bandeirante em 2015 foi de 14.623 GWh, o que representou um decréscimo de 5,4% em relação ao ano de 2014, com destaque para a classe industrial cativo que apresentou uma queda de 9,6%.

Tarifas e Resultados Financeiros

A situação de desequilíbrio nas distribuidoras levou a ANEEL a autorizar uma Revisão Tarifária Extraordinária no mês de fevereiro, que na EDP Bandeirante correspondeu a um aumento médio de 25,12%, além da implantação das Bandeiras Tarifárias.

Em outubro, a empresa passou pela Revisão Tarifária Periódica (de quatro em quatro anos), na qual a ANEEL aprovou um aumento com efeito médio ao consumidor de 16,14%.

A receita operacional líquida totalizou R$ 3.676 milhões, sendo 20,1% superior à de 2014. A margem bruta reduziu 3,1%, devido a elevação dos custos não gerenciáveis em 29,6%, refletindo a alta dos preços de aquisição de energia. O EBITDA totalizou R$ 520 milhões e o lucro líquido R$ 262 milhões, aumentos de 12,0% e 9,0%, respectivamente quando comparados a 2014.

Investimentos e melhorias em subestações

Tendo em vista o compromisso com a qualidade dos serviços e o atendimento ao cliente, a EDP Bandeirante manteve os investimentos em melhorias estruturantes, ainda que 2015 tenha sido marcado por crise econômica no Brasil. Os investimentos líquidos totalizaram R$ 177 milhões.

Os recursos foram utilizados para expansão, modernização e manutenção do sistema elétrico, para atendimento ao crescimento da base de clientes, combate às perdas, melhoria da qualidade e segurança na distribuição de energia.

Resultados Operacionais

O DEC (Duração Equivalente de Interrupção) ficou em 8,43 horas, e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupção) foi de 5,09 vezes, abaixo dos limites estabelecidos pela Aneel para 2015, de 8,78 horas para o DEC e de 7,23 vezes para o FEC.

As perdas totais apresentaram redução de 0,51 p.p. sobre o montante de 2014, finalizando o ano de 2015 em 8,97%, menor patamar dos últimos 11 anos. A melhoria deste indicador se deve ao consistente plano de combate às perdas, com iniciativas de regularização de ligações clandestinas, substituição de medidores, inspeções para detecção de fraudes e elevação do nível de telemedição.

Agradecimentos

Pelas questões citadas anteriormente, o cliente foi fortemente impactado pelo aumento das tarifas, agradecemos a sua compreensão. Em 2016, reforçaremos nossos investimentos na segurança de nossos colaboradores e clientes, na qualidade dos serviços prestados, com foco na excelência operacional e aumento da eficiência, de forma a "Usar a nossa energia para cuidar sempre melhor".

Michel Nunes Itkes
Diretor Presidente da EDP Bandeirante

A COMPANHIA

A EDP Bandeirante, Companhia de capital aberto, tem por objetivo a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, a partir de 23 de outubro de 1998, conforme contrato de concessão, firmado naquela data.

A partir de abril de 2005 passou a ser subsidiária integral da EDP - Energias do Brasil S.A. A sua sede está localizada na cidade de São Paulo, maior centro econômico-financeiro da América Latina.

Atua em 28 municípios do Estado de São Paulo, abrangendo cerca de 4,5 milhões de habitantes, compreendidos entre 2,5 milhões no Alto Tietê e 2,0 milhões no Vale do Paraíba e Litoral Norte.

CENÁRIO MACROECONÔMICO

Em 2015, São Paulo - que tem participação de cerca de 32% no PIB nacional - esteve no centro da desaceleração econômica. Dados da SEADE[1] mostram que, nos nove primeiros meses do ano, a atividade paulista apresentou queda de 4,2% em relação ao mesmo período de 2014, em decorrência das reduções de 3,7% no Valor Adicionado e de 6,6% nos Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios. Destaca-se, que a queda Valor Adicionado deveu-se aos desempenhos negativos da indústria (-8,3%) e dos serviços (-2,4%).

A queda nos preços das commodities, o aumento nas taxas de juros, as restrições ao crédito, o avanço da inflação aprofundaram o quadro recessivo da economia paulista.

De acordo com o IBGE[2], no ano de 2015, o total da indústria de São Paulo mostrou redução de 11,0% frente a igual período do ano anterior, com todas as dezoito atividades investigadas apontando queda na produção. O setor de veículos automotores (-22,6%) exerceu a principal influência negativa pressionado, em grande medida, pela queda na produção de automóveis, caminhões, caminhão-trator para reboque e semirreboques e motores diesel e semidiesel para ônibus e caminhões.

No que se refere ao consumo - segundo dados do IBGE[3], em 2015 - o volume de vendas do comércio varejista teve retração de 3,5%, frente ao mesmo período de 2014, com nove das onze atividades acompanhadas apresentado queda. Destacam-se os recuos verificados nas atividades de móveis e eletrodomésticos.

O mercado de trabalho foi impactado pela perda de ritmo da atividade econômica. De acordo com o CAGED[4], em 2015, o saldo de postos de trabalho formais teve queda de 3,65%, -467 mil postos, o setor com maior contribuição negativa foi a Indústria de Transformação com decréscimo de -226.027.

[1] Fonte: SEADE - PIB trimestral do estado de São Paulo. 3º Trimestre de 2015.
[2] Fonte: IBGE: Pesquisa Industrial Mensal Produção Física-Regional. Dezembro de 2015.
[3] Fonte: IBGE: Pesquisa Mensal de Comércio. Dezembro de 2015.
[4] Fonte: CAGED/MTE. Dezembro de 2015.

AMBIENTE REGULATÓRIO E TARIFÁRIO

Alterações Regulatórias

Em janeiro de 2015 entrou em vigor o Sistema de Bandeiras Tarifárias. Este sistema sinaliza aos consumidores os custos reais da produção de energia elétrica, sendo composto por três bandeiras: verde, amarela e vermelha. A bandeira verde indica que o custo de produção de energia está mais baixo, não sendo aplicada nenhuma modificação nas tarifas de energia. As bandeiras amarela e vermelha representam o aumento de custo de produção de energia, sendo aplicado um valor adicional à tarifa de energia. Apenas os consumidores classificados na subclasse residencial e os que usam a energia elétrica em atividades de irrigação possuem desconto sobre o adicional aplicado pelas bandeiras amarela e vermelha. Mensalmente, as condições de operação do sistema são reavaliadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, que define a melhor estratégia de geração de energia face à procura.

Em fevereiro de 2015, foi criada a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT), pelo Decreto nº 8.401. As distribuidoras devem recolher os recursos provenientes da aplicação do sistema das bandeiras tarifárias diretamente para essa conta, gerida pela CCEE. Os recursos são alocados para a cobertura de custos que não estão previstos na tarifa das distribuidoras, tais como: Segurança Energética do Encargo de Serviço do Sistema - ESS, despacho térmico, risco hidrológico de Itaipu e de quotas, exposição ao mercado de curto prazo e excedente da Conta de Energia de Reserva - CONER.

A ANEEL homologa mensalmente as transferências para as distribuidoras. Os eventuais custos não cobertos pela receita serão considerados no processo tarifário subsequente.

Em 27 de Fevereiro de 2015, através da Resolução Homologatória nº 1.859, a ANEEL estabeleceu os critérios vigentes a partir de março de 2015 para o adicional de tarifa e o funcionamento do Sistema de Bandeiras Tarifárias:

a) Bandeira Verde: utilizada nos meses em que o valor do Custo Variável Unitário - CVU da última central a ser despachada fosse inferior ao valor de 200 R$ /MWh;

b) Bandeira Amarela: utilizada nos meses em que o valor do Custo Variável Unitário - CVU da última central a ser despachada fosse igual ou superior a 200 R$ /MWh e inferior ao valor máximo do Preço de Liquidação de Diferenças - PLD, de 388,48 R$ /MWh em 2015. Para o período de 1 de janeiro até 1 de março de 2015, o acréscimo proporcional ao consumo ascende a 1,5 R$ por 100 kWh. A partir de 2 de março de 2015, o acréscimo proporcional ao consumo ascende de 2,5 R$ por 100 kWh; e

c) Bandeira Vermelha: utilizada nos meses em que o valor do Custo Variável Unitário - CVU da última central a ser despachada fosse igual ou superior ao valor máximo do PLD. Para o período de 1 de janeiro até 1 de março de 2015, o acréscimo proporcional ao consumo ascende a 3 R$ por 100 kWh. A partir de 2 de março de 2015, o acréscimo proporcional ao consumo ascende de 5,5 R$ por 100 kWh. A partir de 1º de setembro de 2015, conforme determinado pela Resolução Homologatória ANEEL nº 1.945 de 28 de agosto de 2015, ocorreu a aprovação da redução do valor da bandeira vermelha para 4,50 R$ por 100 kWh.

Os recursos provenientes do sistema de Bandeiras Tarifárias acumulados em 2015 para a EDP Bandeirante estão detalhados na tabela abaixo:

Bandeira Tarifária	Bandeirante
Receita	409.919.213,13
Custo Mensal	-325.512.634,56
Repasse CCRBT*	-78.083.501,59

** Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias*

Revisões Tarifárias e Reajustes Tarifários

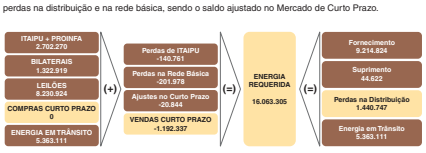
Em fevereiro, a ANEEL realizou processo de Revisão Tarifária Extraordinária - RTE de determinadas distribuidoras e definiu a metodologia aplicável. Os resultados das RTEs das Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica estão divulgados na Resolução Homologatória nº 1.858. Para a EDP Bandeirante a aplicação das novas tarifas, a partir de 2 de março, resultou num aumento médio nos seus clientes de 25,12%.

Em outubro de 2015, a ANEEL homologou o resultado da 4ª Revisão Tarifária Periódica da EDP Bandeirante. O efeito médio ao consumidor foi de 16,14%, sendo de 17,09% para os consumidores em Alta Tensão e 15,37% para os em Baixa Tensão. A Parcela B da concessionária, destinada a custear os gastos com a atividade de distribuição de energia elétrica, foi definida em R$ 823 milhões, que deduzida do compartilhamento de Outras Receitas resulta na Parcela B de R$ 791 milhões. Para o período de 2016 a 2019, a componente Produtividade (Pd) anual do Fator X foi estabelecida em 1,14%, enquanto a componente Transição (T) do mesmo Fator X foi estabelecida em -0,23%. As Perdas Técnicas foram fixadas em 4,59%. As Perdas não Técnicas foram fixadas em uma trajetória decrescente que inicia em 9,83% em 2016 e termina em 8,45% em 2019.

MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

Balanço Energético (MWh)

O Balanço Energético retrata a energia contratada para atendimento ao mercado da Companhia e as perdas na distribuição e na rede básica, sendo o saldo ajustado no Mercado de Curto Prazo.



Compra de Energia

A compra de energia em 2015 foi de 12.256,1 GWh, superior em 3,9% à de 2014. Deste montante, as compras compulsórias de Itaipu e do Proinfa representam 22,1%, as compras no ACR (CCEAR e Contrato de Ajuste) 67,2% e os Contratos Bilaterais 10,8%.

EVOLUÇÃO DO VOLUME DE ENERGIA DISTRIBUÍDA

A EDP Bandeirante vendeu, no ano de 2015, 9.259,4 GWh para os clientes cativos, permissionárias e consumo próprio, queda de 3,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. O resultado está impactado pelo desempenho das classes industrial e residencial, em consequência a redução da economia (produção e consumo).

A energia em trânsito, distribuída a clientes livres, totalizou 5.363,1 GWh em 2015, apresentando um recuo de 7,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido ao recuo da produção industrial de São Paulo.

A energia distribuída pela EDP Bandeirante, que compõe o mercado cativo e livre, reduziu 5,4% no mesmo período, totalizando 14.622,6 GWh. Considerando a energia de curto prazo tivemos um aumento de 0,9%, passando para 15.809,6 GWh.

Energia Distribuída	MWh		Consumidores	
	2015	2014	2015	2014
Fornecimento				
Residencial	3.548.841	3.632.814	1.625.456	1.573.472
Industrial	2.367.321	2.618.229	12.300	12.468
Comercial	2.286.662	2.283.583	120.558	117.712
Rural	82.571	88.487	8.002	8.014
Outros [1]	923.014	962.797	13.574	13.349
Consumo próprio	6.417	6.578	162	172
Total Fornecimento	**9.214.826**	**9.592.488**	**1.780.052**	**1.725.187**
Suprimento	44.622	46.917	2	2
Total Fornecimento e suprimento	**9.259.448**	**9.639.405**	**1.780.054**	**1.725.189**
Disponibilização do Sistema de Distribuição	5.363.111	5.812.185	174	173
Total Energia Distribuída	**14.622.559**	**15.451.590**	**1.780.228**	**1.725.362**
Energia de curto prazo	1.187.083	220.327		
Total Energia Distribuída + Curto Prazo	**15.809.642**	**15.671.917**	**1.780.228**	**1.725.362**

(1) Outros = Poder público + Iluminação pública + Serviço público.

QUALIDADE

Os indicadores de desempenho da qualidade do serviço evoluíram positivamente em linha com os níveis de excelência nacionais. Isso se soma aos investimentos realizados, bem como das ações de manutenção preventiva, obras de melhoria e inovação realizados nos ativos do sistema elétrico de distribuição. Os indicadores DEC e FEC se apresentam em total conformidade com os padrões estabelecidos pela ANEEL, sendo em 2015 registradas 8,43 horas e 5,09 interrupções, respectivamente.

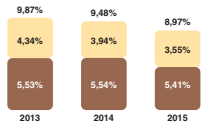
Indicador		Unidade	2013	2014	2015
DEC	Horas	Real	8,16	7,62	8,43
		Meta Aneel Regulatória	9,36	9,05	8,78
FEC	Vezes	Real	5,63	5,35	5,09
		Meta Aneel Regulatória	8,07	7,55	7,23

DEC = Duração Equivalente de interrupções por Clientes (horas - média cliente/ano)
FEC = Frequência Equivalente de interrupções por Cliente (interrupções - média cliente/ano)

PERDAS TÉCNICAS E NÃO TÉCNICAS

As perdas totais em 2015 foram de 8,97%, redução de 0,51 p.p. em relação a 2014. As perdas técnicas reduziram 0,13 p.p., passando de 5,54% para 5,41% e as perdas não técnicas reduziram 0,38 p.p. passando de 3,94% para 3,55%.

Perdas Técnicas e Não Técnicas



Não Técnicas Mercado BT

Combate às Perdas Não Técnicas

A EDP Bandeirante encerra o ano de 2015 com Perdas Não Técnicas de 10,60% sobre o mercado de baixa tensão e a Perda Total no valor de 8,97%, que é a diferença entre a energia adquirida e a energia faturada.

O resultado mostra uma redução de 1,54 p.p. no índice de perdas não técnicas sobre o mercado de baixa tensão em relação ao índice verificado em dezembro do ano anterior, que foi de 12,15%.

Com este histórico, a empresa consolida-se como referência no combate às perdas comerciais, investindo no Programa de Combate às Perdas aproximadamente R$ 12,9 milhões, além de R$ 10,5 milhões de despesas operacionais. As principais ações do Programa foram à instalação de mais de 3.975 dispositivos de comunicação remota, ampliando o monitoramento sobre consumidores em baixa tensão com características comerciais e elevado consumo, a substituição de 64.289 medidores eletromecânicos obsoletos por medidores eletrônicos com melhor precisão de consumo medido, 103.000 inspeções de campo em unidades consumidoras de baixa tensão e regularização de 1,1 mil unidades consumidoras clandestinas, tudo sob a supervisão do escritório de projetos (PMO).

PRINCIPAIS DADOS DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

Descrição	2015	2014	Var. %
Subestações			
Quantidade	66	66	**0,0**
Potência Instalada de Transformadores (MVA)	4.010	3.871	**3,6**
Redes de Distribuição - Própria (Km)	**28.210**	**27.953**	**0,9**
AT (maior ou igual a 69 KV)	953	952	**0,1**
MT (entre 1 e menor a 69 KV)	14.412	14.256	**1,1**
BT (menor que 1 kV)	12.845	12.745	**0,8**
Transformador de Distribuição - Próprios (Quantidade)	**64.500**	**63.066**	**2,3**
Urbano	47.758	46.355	**3,0**
Rural	16.663	16.658	**0,0**
Subterrâneo	79	53	**49,1**
Potência Instalada na Distribuição Própria (MVA)	**3.761**	**3.630**	**3,6**
Urbano	3.309	3.176	**4,2**
Rural	413	425	**-2,7**
Subterrâneo	38	29	**32,3**
Postes em Redes de Distribuição - Quantidade	**550.714**	**546.142**	**0,8**
Urbano	409.749	404.693	**1,2**
Rural	140.965	141.449	**-0,3**

RELACIONAMENTO COM O CLIENTE

A EDP Bandeirante segmenta seus clientes por nível de tensão de fornecimento, a saber, clientes de baixa, média e alta tensão e por classe de clientes, pertencentes às esferas pública e privada. A distribuidora possui estrutura para atender seus diversos públicos, oferecendo acesso a canais de relacionamento presencial, virtual e telefônico.

O atendimento telefônico, realizado pelo *Call Center*, em conformidade com as exigências regulatórias do setor, oferece atendimento de caráter emergencial e comercial para os clientes de baixa tensão. Em 2015 foram atendidas 1,7 milhões de chamadas. Para os clientes de média e alta tensão há uma estrutura exclusiva de atendimento telefônico personalizado e gratuito.

O atendimento via internet é realizado pela Agência Virtual, que oferece 20 serviços online, estando 11 destes disponíveis também para acesso via dispositivos móveis, como celulares e tablets. Esse atendimento abrange todas as classes de clientes e personaliza o perfil de acesso de cada visitante de acordo com a classe pertencente. Em 2015 foram realizados 8,1 milhões de acessos, entre a utilização de serviços e consultas.

Para o atendimento presencial, a concessionária conta com 30 Agências, distribuídas em todos os municípios de sua área de concessão. Em 2015 foram atendidos 897.964 mil clientes de baixa tensão. Para os clientes de média e alta tensão há atendimento exclusivo, realizado por analistas que gerenciam carteiras de clientes segmentadas por ramo de atividade.

Além disso, ainda há a disponibilização, para todos os clientes, de pontos de pagamento de fatura de energia elétrica, sendo 1.141 agentes lotéricos, correspondentes bancários e 5 redes bancárias.

A distribuidora também disponibiliza o atendimento pela Ouvidoria, que é responsável por acolher as manifestações dos clientes, além de ser instância administrativa de recursos, bem como intermediária com órgãos regulamentares.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Em 2015, foram iniciados 3 projetos de P&D, permanecendo assim 13 projetos em execução, com investimentos na ordem de R$ 4,58 milhões. A EDP Bandeirante destaca os projetos "Observatório do Consumidor" e "Opções Tarifárias", cujas avaliações qualitativas e quantitativas aplicadas no InovCity Aparecida e InovCity Espírito Santo (Domingos Martins e Marechal Floriano), trarão resultados significativos à respeito da percepção do cliente sobre as tendências tecnológicas oriundas das redes inteligentes, bem como a identificação da sensibilidade à variação do modelo tarifário (tarifa branca, pré-pagamento, bandeiras tarifárias, etc).

É importante frisar também o ineditismo do P&D Laboratório de Smart Grids em desenvolvimento com a Universidade de São Paulo (USP). Este ambiente inovador trará dentre várias funcionalidades e testes, a implementação de um Emulador de Rede de Distribuição, aquisição de IEDs (Intelligent Eletronic Devices) para automação, identificação de "FLISR" (Fault Location, Isolation, and Service Restoration), desenvolvimento de aplicação "Volt/Var" e algoritmos para alocação de religadores.

Os resultados obtidos nos projetos de P&D foram amplamente divulgados à comunidade científica, através da participação em seminários nacionais e internacionais e publicação de artigos em revistas especializadas.

Eficiência Energética

No ano de 2015, a EDP Bandeirante investiu R$ 14,9 milhões para a realização de projetos de eficiência energética, como a substituição de 4.408 lâmpadas ineficientes por outras utilizando tecnologia LED no Hospital Luzia de Pinho Melo, localizado em Mogi das Cruzes, projeto de performance na Industria CEBRACE VIDROS - Caçapava, que consistiu no retrofit do sistema de Iluminação utilizando lâmpadas LED, o reposicionamento de luminárias (Fábrica, Refeitório, Prédios Administrativos e externas) e as substituições dos sistemas de refrigeração de janela por split. No total foram substituídas 4.708 lâmpadas e 73 sistemas de refrigeração, além da continuidade do projeto "Boa Energia Solar", que instalou mais 1.194 equipamentos de aquecimento solar de alta eficiência no período, permitindo assim, substituir os chuveiros elétricos existentes em comunidades de baixo poder aquisitivo.

A EDP Bandeirante deu sequência também ao projeto "Boa Energia na Comunidade", que visa aumentar a eficiência energética e regularizar unidades consumidoras de baixa renda. O programa atendeu 7.010 residências, substituindo equipamentos ineficientes por outros de melhor desempenho e orientando as famílias para que realizassem inscrição no CadÚnico e para que mudassem seus hábitos de consumo.

Por fim, continuou o projeto "Boa Energia nas Escolas" que levou conhecimento sobre o uso adequado e seguro da energia a 996 professores de 160 escolas da rede pública de ensino, atingindo um total de 62.650 alunos. Foram doados materiais didáticos a cada escola, além da utilização de uma unidade móvel de ensino: o "caminhão da boa energia". A carreta itinerante visitou as escolas interagindo diretamente com os alunos através de folder explicativo, experimentos científicos e jogos educativos.

ANÁLISE DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Demonstrativo de Resultados (R$ mil)	2015	2014	%
Receita operacional líquida	**3.675.813**	**3.060.461**	**20,1**
Receita com construção da infraestrutura	161.585	138.189	16,9
Gastos não gerenciáveis	**(2.812.230)**	**(2.169.204)**	**29,6**
Energia comprada para revenda	(2.626.930)	(2.322.374)	13,1
Ressarcimento CDE/CCEE/CONER	30.656	365.684	-91,6
Encargos de uso do sistema	(215.956)	(209.034)	3,3
Outros	-	(3.480)	n.d.
Margem Bruta	**863.583**	**891.257**	**-3,1**
Gastos gerenciáveis	**(589.454)**	**(653.261)**	**-9,8**
Total do PMSO	**(421.768)**	**(368.530)**	**14,4**
Pessoal	(148.998)	(160.700)	7,9
Material	(13.117)	(12.256)	7,0
Serviços de terceiros	(147.415)	(144.838)	1,8
Provisões	(55.479)	(29.613)	87,3
Outros	(45.057)	(32.825)	37,3
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens	(24.800)	(47.482)	-47,8
Valor justo do ativo financeiro indenizável	102.696	(11.411)	
Custo com construção da infraestrutura	(161.585)	(138.189)	16,9
EBITDA	**519.711**	**463.834**	**12,0**
Margem EBITDA	**14,1%**	**15,2%**	**-1,0 p.p.**
Depreciação e amortização	(83.997)	(87.649)	-4,2
Resultado do serviço (EBIT)	**435.714**	**376.185**	**15,8**
Resultado financeiro líquido	**(69.869)**	**(38.980)**	**79,2**
Receitas financeiras	114.871	84.713	35,6
Despesas financeiras	(184.740)	(123.693)	49,4
LAIR	**365.845**	**337.205**	**8,5**
IR e Contribuição social	**(103.878)**	**(96.949)**	**7,1**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(10.326)	6.536	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(93.552)	(103.485)	-9,6
Lucro líquido antes de minoritários	**261.967**	**240.256**	**9,0**
Lucro líquido	**261.967**	**240.256**	**9,0**

As margens EBITDA, EBIT e líquida não consideram as receitas de construção.

A receita operacional líquida apresentou uma evolução positiva de 20,0% em 2015 em relação a 2014, atingindo R$ 3.837 milhões, onde este resultado considera as receitas de construção as quais tem impacto nulo no resultado da empresa. Se essa receita for desconsiderada a receita operacional líquida resulta em R$ 3.675,8 milhões ficando 20,1% acima do exercício anterior. Esse resultado é explicado por: 1) Aumento de R$ 2.552,3 milhões da receita bruta, em virtude dos seguintes fatores: i) Aumento das receitas de fornecimento a clientes cativos e livres (R$ 2.099,8 milhões) principalmente em razão do aumento de 25,1% da tarifa decorrente da Revisão Tarifária Extraordinária; ii) Aumento de receita de energia de curto prazo (R$ 239,1 milhões) e; iii) Aumento da constituição dos ativos e passivos financeiros setoriais (R$ 139,6 milhões).

2) Aumento das deduções da receita operacional em R$ 1.936,9 milhões, em virtude dos seguintes fatores: i) Aumento dos tributos sobre a receita (ICMS e PIS/COFINS) em R$ 643,4 milhões; ii) Aumento dos encargos ao consumidor em R$ 1.293,5 milhões devido principalmente ao encargo de CDE que aumentou R$ 846,8 milhões em relação ao ano anterior e a inclusão da Bandeira Tarifária no valor de R$ 431,8 milhões.

As Despesas Operacionais totalizaram R$ 3.401,7 milhões no período de doze meses acumulado em 2015, 20,5% superior às despesas em 2014.

As despesas operacionais gerenciáveis da EDP Bandeirante, que compreendem os custos de pessoal, materiais, serviços de terceiros, depreciação e amortização e outras despesas, ficaram 9,8% abaixo em relação ao mesmo período do ano anterior atingindo o montante de R$ 589,5 milhões. Excluindo os custos de construção, os quais não tem impacto no resultado, as despesas gerenciáveis totalizam R$ 427,9 milhões com variação negativa de 16,9%, que se deve principalmente a: i) Redução de R$ 114,1 milhões devido a atualização da base do ativo financeiro indenizável e alteração do índice de reajuste, passado de IGPM para IPCA. ii) Aumento de R$ 18,8 milhões referente à provisão para créditos e liquidação duvidosa / perdas líquidas e provisões para contingências e; iii) Aumento de R$ 11,7 milhões em Pessoal devido principalmente ao Plano de Incentivo a Aposentadoria.

As despesas operacionais não gerenciáveis que correspondem aos custos com energia comprada para revenda, encargos setoriais de transmissão e taxa de fiscalização totalizaram em 31 de dezembro de 2015 o montante de R$ 2.812,2 milhões, superiores em 29,6% em relação às praticadas no mesmo período do ano anterior. Tal fato é decorrente essencialmente: i) Aumento de R$ 333,6 milhões com Itaipu reflexo da variação do dólar e; ii) Elevação de R$ 335,0 milhões devido aos recursos da conta ACR que ocorreram em 2014.

O Resultado Financeiro de 2015 foi R$ 69,9 milhões negativos, inferior em R$ 30,9 milhões comparado ao resultado financeiro de R$ 39,9 milhões negativos de 2014, reflexo do aumento de R$ 30,2 milhões da receita, principalmente pelo aumento da atualização financeira dos ativos e passivos regulatórios (+R$ 33,7 milhões), associado ao aumento de R$ 61,0 milhões das despesas financeiras, devido a variação monetária e acréscimo moratório da energia comprada (+ R$ 21,5 milhões), encargos da dívida (+ R$ 21,9 milhões) e variação monetária da moeda nacional e estrangeira (+ R$ 11,2 milhões).

Pelos motivos ressaltados anteriormente a EDP Bandeirante apresentou um Lucro Líquido de R$ 262,0 milhões no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2015, superior em 9,0% ao registrado em igual período do ano anterior.

INVESTIMENTOS

Foi realizado a título de investimento o valor de R$ 163,3 milhões em 2015, já deduzidos os recursos recebidos na forma de doações e subvenções para investimento e considerando os juros capitalizados, ficando 13,3% acima do mesmo período do ano anterior. No período os juros capitalizados representam R$ 1,7 milhão do total. Os investimentos realizados foram destinados a obras estruturantes para o reforço do sistema elétrico, telecomunicações, informática, entre outros.

Investimento - R$ Mil	2015	2014	Var. %
Expansão do Sistema Elétrico	86.509	126.539	-31,6
Melhoramento da Rede	64.742	65.516	-1,2
Universalização	10.879	13.477	-19,3
Telecom, Informática e Outros	36.650	18.518	97,9
Subtotal [1]	**198.780**	**224.050**	**-11,3**
(-) Obrigações Especiais [2]	(21.333)	(45.407)	-53,0
Investimento Líquido	**177.447**	**178.643**	**-0,7**
Receitas de Ultrapassagem	(14.131)	(34.523)	-59,1
Variação do Imobilizado	**163.316**	**144.120**	**13,3**

[1] Subtotal = Capex Bruto, considerando Capital investido na rede + Juros capitalizados.
[2] Participação financeira de clientes, sejam eles pessoas físicas, jurídicas, união, estado e municípios nos projetos de investimentos.

Novas regras instituídas com os procedimentos para revisões tarifárias relativas à receita de multas por Ultrapassagem de Demanda e consumo de Energia Reativa Excedente (PRORET 2.7), reduz a Receita Operacional e quando do início do 4º Ciclo de Revisões Tarifárias, o valor acumulado nessa subconta receberá o tratamento usual de depreciação dos ativos alocados como investimentos originários dessas Obrigações Especiais.

ENDIVIDAMENTO

Em 31 de dezembro de 2015, a EDP Bandeirante apresentou um endividamento líquido de R$ 701,2 milhões, fechando 22,1% superior a dezembro de 2014, devido às necessidades de cobertura de caixa face ao aumento dos custos da energia e encargos.

Endividamento - R$ mil	dez/15	dez/14	Var. %
Dívida Bruta [1]	1.003.185	821.821	22,1
Caixa e equivalentes de caixa	301.943	282.437	6,9
Dívida Líquida	701.242	539.384	30,0
Dívida Bruta/EBITDA (vezes)	1,93	1,77	8,9
Dívida Líquida/Patrimônio Líquido (vezes)	0,62	0,50	22,6

[1] Dívida Bruta = Empréstimos, financiamentos e encargos das dívidas + Debêntures.

A dívida bruta da EDP Bandeirante em 31 de dezembro de 2015 foi de R$ 1.003,2 milhões sendo composta por R$ 473,9 milhões (47,2%) em debêntures, R$ 292,6 milhões (29,2%) junto ao BNDES, R$ 7,4 milhões (0,7%) junto a Eletrobrás e R$ 229,3 milhões (22,9%) com outras instituições financeiras.

continua...

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2015

GESTÃO DE PESSOAS

Cultura EDP

Tradicionalmente, a EDP Bandeirante é uma empresa que busca a eficiência em seus negócios e processos, a antecipação de riscos e oportunidades e o cumprimento precoce de suas metas e objetivos. Nos últimos anos, a Companhia intensificou o cuidado com os seus ativos, desenvolveu projetos e planos de ações efetivos e concretizou uma estratégia clara e coerente de atuação. Agora, a Empresa quer ir além do que considera tangível e tratar de questões que refletem diretamente na cultura organizacional e na identidade corporativa da Companhia.

O projeto Cultura EDP - nossa energia para cuidar sempre melhor - é o principal instrumento para atingir tal objetivo. Iniciado no fim de 2014, consiste na concepção de princípios que assegurem um bom ambiente de trabalho, estimulem a interação entre as pessoas, garantam a motivação dos colaboradores, valorizem o capital humano e gerem valor para os clientes e outros *stakeholders*. O desenvolvimento do projeto foi dividido em quatro etapas - criação, comunicação, disseminação e internalização dos Procure sempre inovar em tudo o que a EDP faz hoje. Não só para assegurar o presente, mas também para construir o futuro. Faça isso de forma contínua.

Cuidado com as pessoas

Conforme tratado acima, 2015 foi um ano marcado pelo Projeto Cultura - nossa energia para cuidar sempre melhor. Para garantir excelência no cuidar de seus colaboradores, a EDP tem buscado estratégias e iniciativas que zelem por segurança, respeito, igualdade, reconhecimento, partilha de conhecimento, entre outros. O objetivo é proporcionar um clima organizacional positivo, com pessoas satisfeitas no trabalho, possibilitando equilíbrio entre a vida profissional e pessoal.

Em 2015, a Companhia desenvolveu um novo modelo de avaliação por competências, visando adequar o processo às novas necessidades da empresa. Para viabilizar este processo, foi adquirido o sistema Success Factors, que foi nomeado internamente de About.me e teve como primeiro módulo implementado a Avaliação de Competências. Além disso, outros temas da área de Gestão de Pessoas serão contemplados, facilitando a interação com ferramentas de avaliação, recrutamento, carreira, remuneração, mobilidade, em um ambiente amigável e que permite a visualização dos perfis de todos os colaboradores ativos.

Para aprimorar o processo de integração de novos colaboradores, a área de Gestão de Pessoas criou o programa Padrinho EDP, no qual cada novo integrante é acompanhado por um companheiro de trabalho. O padrinho ajuda o novo colaborador a entender a rotina da Companhia, se apropriar dos princípios da Cultura EDP e conhecer os procedimentos e hábitos corporativos na fase de adaptação na Empresa.

O quadro de pessoal próprio da EDP Bandeirante, ao final de 2015, foi de 1.235 colaboradores e 2 colaboradores da alta direção em regime estatutário, totalizando 1.237. Adicionalmente contou com a participação de 2 conselheiros, 41 estagiários e 9 aprendizes. A taxa de rotatividade da EDP Bandeirante em 2015 foi de 7,77%.

Diversidade - Igualdade na justiça e na diferença.

Em 2015, a Companhia criou o Projeto de Diversidade, que desenvolve iniciativas em gestão de pessoas para fomentar a igualdade entre gêneros, nacionalidades, gerações e pessoas portadoras de necessidades especiais, com objetivos e metas claras para melhorias dos indicadores relacionados a estes temas.

Recrutamento e Seleção

Em 2015, a EDP lançou em âmbito global o Novo programa de mobilidade interna (SWITCH) para promover a mobilidade dos colaboradores entre áreas, empresas e geografias onde a EDP está presente, inclusive a EDP Bandeirante. Entre os principais objetivos da iniciativa estão:

• Reforçar a cultura e a partilha de conhecimento, ao promover a interação entre colaboradores com experiências pessoais e profissionais distintas;

• Aumentar a satisfação e a produtividade;

• Valorizar o colaborador e reforçar as suas competências, para que possam assumir novos desafios e responsabilidades;

• Reduzir custos com recrutamento externo e minimizar riscos de integração.

Por meio do programa, o índice de mobilidade interna em 2015 foi 54,37%.

Clima Organizacional

Em 2015, a EDP Bandeirante lançou um novo modelo da pesquisa, desenvolvida em parceria com a consultoria Hay Group. Os temas e perguntas foram definidas de acordo com as melhores práticas de mercado. O novo modelo foi 100% digital e abrangeu todos os níveis da empresa, o que aumenta o nível de confiabilidade das respostas e das futuras análises. A aplicação da pesquisa de clima foi realizada em outubro de 2015. Participaram 96% dos colaboradores da EDP, maior índice das últimas quatro edições da pesquisa.

Programa de Incentivo à Aposentadoria

Como forma de reconhecer os colaboradores que trabalharam durante muito tempo na EDP Bandeirante, em 2015 foi criado o Plano de Incentivo à Aposentadoria. O objetivo é reconhecer financeiramente os colaboradores que desejam e irão se aposentar, com base nos anos trabalhados na empresa. Além disso, em 2016 estes colaboradores serão acompanhados pelo Programa Viver Bem, que possui workshops sobre os temas: orientações motivacionais; saúde financeira e relacionamento afetivo, familiar e amigos; tornando realidade "meu" projeto de vida; e depoimentos de outros profissionais.

Saúde

Os programas de saúde e qualidade de vida na EDP Bandeirante são desenvolvidos sob duas vertentes: Medicina Ocupacional e Qualidade de Vida. O primeiro está associado à prevenção de doenças decorrentes dos riscos ocupacionais aos quais os colaboradores estão expostos. O segundo busca promover ações de conscientização e prevenção, visando a manutenção e a melhoria da saúde de todos os colaboradores.

Segurança do Trabalho

Mais do que um conceito, segurança é uma questão de atitude na EDP Bandeirante. A estratégia de gestão sustenta sua atuação em três princípios: Pessoas, Saúde e Segurança no Trabalho (SST) e Processos.

Em relação à Segurança, a EDP Bandeirante trabalha com duas vertentes:

• Colaboradores próprios, que visa desenvolver os colaboradores da EDP Bandeirante a atenderem as exigências legais de segurança e saúde ocupacional.

• Prestadores de Serviço, baseado nos mesmos conceitos do PSC, que é desenvolvido para Prestadores de Serviços e busca subsidiar os mesmos no atendimento a legislação vigente e contratual.

No ano de 2015 ocorreram um acidente fatal e um acidente com afastamento na EDP Bandeirante e as taxas de frequência e gravidade da foram de 0,78 e 2331 respectivamente. No mesmo ano, foram registrados dois acidentes com afastamento com prestadoras de serviços e taxas de frequência e gravidade de 0,44 e 26 respectivamente, seguindo a as premissas de cálculo da Portaria 3.214/78 - Norma Reguladora N°5 da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.

A certificação OHSAS (Occupational Health and Safety Assessment Series) 18001/2007 para o Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional no escopo de Manutenção e Operação manteve-se vigente durante o ano de 2015.

Iniciativas preventivas

A EDP Bandeirante realiza diversas iniciativas com o intuito de promover atitudes preventivas que priorizem o respeito à vida na execução das atividades operacionais e administrativas. Entre elas, estão: Rodeio dos Eletricistas; Diálogo de Segurança (DDS); Reuniões semanais; Inspeções de Segurança; Intervenções nas áreas Corporativas; Mega-Inspeções; e Segurança com a População.

SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

Sustentabilidade e Responsabilidade Social Corporativa

Pelo 10º ano consecutivo, a EDP Bandeirante contribuiu para manter o reconhecimento da EDP Energias do Brasil no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&F da Bovespa (ISE Bovespa).

A atuação da EDP Bandeirante é norteada pelos Princípios de Desenvolvimento Sustentável e as orientações das Políticas de Inovabilidade e de Responsabilidade Social. Em 2014, para garantir a melhoria contínua no desempenho Socioambiental no índice, a EDP elaborou planos de ação junto às diferentes áreas, esses planos tiveram sua implementação iniciada durante o ano de 2015. As iniciativas foram continuadas e envolveram temas como gestão de resíduos, biodiversidade, certificações, gestão de fornecedores e relacionamento com a comunidade. Além disso, a EDP Bandeirante deu continuidade aos projetos de inovação, com destaque para o InovCity que inclui ações voltadas para medição inteligente, eficiência energética, mobilidade elétrica, iluminação pública eficiente, geração distribuída e educação energética e desenvolvimento social.

Em 2015 a EDP Bandeirante através do IEDP investiu em projetos sociais e conseguiu pelo 11º ano consecutivo o reconhecimento da Fundação Abrinq como Empresa Amiga da Criança. A manutenção do selo evidencia a iniciativa de contribuir para a construção de um futuro melhor para os jovens das áreas onde as empresas operam.

O "Programa de Voluntariado da EDP", com participação dos colaboradores da EDP Bandeirante, promoveu diversas ações de cidadania, beneficiando cerca de mil pessoas atendidas por organizações sociais. Destaque para os projetos "Desafio do Bem", "Parte de Nós Ambiente" e "Parte de Nós Natal".

Essa atuação proporcionou a conquista pelo Selo Empresa Amiga da Criança.

Meio Ambiente

Em 2015 destaca-se a participação da equipe especializada de meio ambiente da EDP Bandeirante no acompanhamento técnico das obras de construção de linhas de transmissão e subestações para avaliar e minimizar o respectivo impacto nos recursos naturais e nas populações de entorno. Um exemplo realizado no ano foram as ações com foco em reduzir os impactos sobre a biodiversidade decorrentes da reconstrução da linha Itapeti/São José (SP), para isso foram doadas 1.250 mudas para um proprietário de uma área impactada pela obra.

A EDP Bandeirante conta com três subestações certificadas pela ISO 14001 e 45 com a OHSAS 18001. Em 2015, as equipes de Manutenção de Subestações passaram por treinamentos sobre as certificações ISO14001 e OHSAS18001. O objetivo foi realizar uma reciclagem para os colaboradores antigos e apresentar o Sistema de Gestão para os novos colaboradores. Outro destaque de 2015 foram as atividades decorrentes dos convênios de biodiversidade com prefeituras municipais da área de concessão, atendendo as solicitações dos Convênios, foram entregues dois viveiros que comportam 28 mil mudas para os municípios de Cachoeira Paulista (SP) e Aparecida (SP). Visando o enriquecimento da biodiversidade local, também foram doadas 2.500 mudas de indivíduos arbóreos ao município de Pindamonhangaba (SP), caçambas para coleta de lixo em Cachoeira Paulista, sementes para Guaratinguetá (SP), e um triturador para Guara (SP) e Aparecida (SP).

BALANÇO SOCIAL ANUAL | FORMULÁRIO IBASE

EDP BANDEIRANTE

1 - Base de Cálculo	2015 (R$ mil)			2014 (R$ mil)		
Receita líquida (RL)	3.837.398			3.198.650		
Resultado operacional (RO)	365.845			337.205		
Folha de pagamento bruta (FPB)	124.962			113.881		
2 - Indicadores Sociais Internos	**R$ mil**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**	**R$ mil**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**
Alimentação	15.488,74	12,39%	0,40%	15.010,93	13,18%	0,47%
Encargos sociais compulsórios	30.507,01	24,41%	0,79%	28.047,55	24,63%	0,88%
Previdência privada	4.037,62	3,23%	0,11%	4.271,91	3,75%	0,13%
Saúde	11.964,34	9,57%	0,31%	11.266,41	9,89%	0,35%
Segurança e saúde no trabalho	880,96	0,70%	0,02%	870,29	0,76%	0,03%
Educação	102,36	0,08%	0,00%	182,49	0,16%	0,01%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	420,11	0,34%	0,01%	1.482,04	1,30%	0,05%
Creches ou auxílio-creche	508,89	0,41%	0,01%	451,59	0,40%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	11.192,71	8,96%	0,29%	10.616,29	9,32%	0,33%
Programa de Desligamento Voluntário - PDV	547,38	0,44%	0,01%	-	0,00%	0,00%
Outros	547,69	0,44%	0,01%	460,60	0,40%	0,01%
Total - Indicadores sociais internos	76.197,82	60,98%	1,99%	72.660,11	63,80%	2,27%
3 - Indicadores Sociais Externos	**R$ mil**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**R$ mil**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Educação	-	0,00%	0,00%	420,40	0,12%	0,01%
Cultura	770,00	0,21%	0,02%	676,60	0,20%	0,02%
Saúde e saneamento	150,00	0,04%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	100,00	0,03%	0,00%	100,00	0,03%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	13,00	0,00%	0,00%	113,00	0,03%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	1.304,00	0,36%	0,03%	-	0,00%	0,00%
Tributos (excluídos encargos sociais)						
Total - Indicadores sociais externos						
4 - Indicadores Ambientais	**R$ mil**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**R$ mil**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	3.537,59	0,97%	0,09%	4.563,26	1,35%	0,14%
Investimentos em programas e/ou projetos externos		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	3.537,59	0,97%	0,09%	4.563,26	1,35%	0,14%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	(x) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 76 a 100%			(x) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	**2015**			**2014**		
Nº de empregados(as) ao final do período	1.237			1.209		
Nº de admissões durante o período	110			79		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	2.294			2.234		
Nº de estagiários(as)	41			52		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	ND			103		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	252			244		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	7%			6%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	3			31		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	-			ND		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	ND			25		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	**2015**			**2014**		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	32,31%			29,93%		
Número total de acidentes de trabalho	8			13		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos empregados	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	( ) todos empregados	( ) todos + Cipa	(x) direção e gerências	( ) todos empregados	( ) todos + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	(x) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolve	(x) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos empregados	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos empregados
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos empregados	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apóia	(x) organiza e incentiva	( ) não se envolve	( ) apóia	(x) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): (na empresa, no procon, na justiça)	na empresa:	no Procon:	na Justiça:	na empresa:	no Procon:	na Justiça:
	51.371	2.359	ND	51.371	2.359	ND
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa:	no Procon:	na Justiça:	na empresa:	no Procon:	na Justiça:
	ND	ND	ND	ND	ND	ND
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$):						
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	governo: 84,5%; acionistas: 1,9%; colaboradores: 3,6% retido: 5,0%; terceiros: 5,1%			governo: 73%; acionistas: 7%; colaboradores: 3% retido: 10%; terceiros: 00,0%		
7 - Outras Informações						
N/A - Não Aplicável.						

AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia firmou contrato com a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), em Abril de 2014, para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como a revisão de informações contábeis intermediárias. A PwC iniciou a prestação de serviços em Abril de 2014. Em 2015, a PwC não prestou nenhum serviço relacionado à auditoria independente que superassem 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo EDP, quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme requerido pelo artigo 25 da instrução CVM nº 480/09, alterada pela CVM nº 552/14 declaramos que revisamos e concordamos com as demonstrações financeiras e também com os Relatórios dos Auditores Independentes emitidos sobre as respectivas Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014. Estas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e o *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

continua...

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	301.943	282.437
Consumidores e concessionárias	6	817.882	520.910
Ativos financeiros setoriais	7	470.256	227.901
Impostos e contribuições sociais	8	41.339	41.294
Cauções e depósitos vinculados	11	134	764
Outros créditos	12	59.525	58.331
Total do Ativo Circulante		**1.691.079**	**1.131.637**
Não circulante			
Consumidores e concessionárias	6	47.846	50.815
Ativos financeiros setoriais	7	28.420	123.614
Ativo financeiro indenizável	13.1	520.649	345.948
Impostos e contribuições sociais	8	57.326	51.431
Tributos diferidos	9		63.898
Cauções e depósitos vinculados	11	69.292	67.248
Outros créditos	12	11.615	10.414
		735.148	**713.368**
Propriedades para investimentos		1.937	3.053
Imobilizado			65
Intangível	13.2	903.886	921.683
		905.823	**924.801**
Total do Ativo Não circulante		**1.640.971**	**1.638.169**
TOTAL DO ATIVO		**3.332.050**	**2.769.806**

PASSIVO	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Circulante			
Fornecedores	14	485.607	448.406
Impostos e contribuições sociais	8	179.865	109.576
Tributos diferidos	9	41.645	19.495
Dividendos	20.3	62.217	58.199
Debêntures	15	175.282	181.733
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16	42.157	135.271
Benefícios pós-emprego	17	159	21.695
Encargos setoriais	18	149.690	21.026
Provisões	19	13.540	8.396
Outras contas a pagar	12	75.264	53.908
Total do Passivo Circulante		**1.225.426**	**1.057.705**
Não circulante			
Fornecedores	14		1.211
Tributos diferidos	9	24.057	11.054
Debêntures	15	298.590	453.934
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16	487.156	50.883
Benefícios pós-emprego	17		5.991
Encargos setoriais	18	5.745	4.070
Provisões	19	102.274	88.441
Passivos financeiros setoriais	7	27.797	
Outras contas a pagar	12	27.520	27.761
Total do Passivo Não circulante		**973.139**	**643.345**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	20.1	596.669	339.628
Reservas de capital	20.4	77.687	334.728
Reservas de lucros	20.4	475.355	399.651
Outros resultados abrangentes	20.5	(16.226)	(5.251)
Total do Patrimônio líquido		**1.133.485**	**1.068.756**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**3.332.050**	**2.769.806**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2015	2014
Receitas	21	**3.837.398**	**3.198.650**
Custo do serviço de energia elétrica	22		
Custo com energia elétrica		(2.812.230)	(2.165.724)
Custo de operação		(304.243)	(287.802)
Custo do serviço prestado a terceiros		(164.276)	(140.412)
		(3.280.749)	**(2.593.938)**
Lucro bruto		**556.649**	**604.712**
Despesas e Receitas operacionais	22		
Despesas com vendas		(38.509)	(19.699)
Despesas gerais e administrativas		(139.989)	(130.398)
Depreciações e amortizações		(3.114)	(7.968)
Outras despesas e receitas operacionais		60.677	(70.462)
		(120.935)	**(228.527)**
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos		**435.714**	**376.185**
Resultado financeiro	23		
Receitas financeiras		114.871	84.713
Despesas financeiras		(184.740)	(123.693)
		(69.869)	**(38.980)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**365.845**	**337.205**
Imposto de renda e contribuição social correntes		(10.326)	6.536
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(93.552)	(103.485)
	24	**(103.878)**	**(96.949)**
Resultado líquido do exercício		**261.967**	**240.256**
Resultado por ação atribuível aos acionistas	25		
Resultado básico/diluído por ação (reais/ações)			
ON		0,00670	0,00615

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2015	2014
Geração do valor adicionado	**7.299.675**	**4.628.282**
Receita operacional	7.070.147	4.512.382
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	(38.509)	(19.699)
Receita de construção	161.585	138.189
Outras receitas	106.452	(2.590)
(-) Insumos adquiridos de terceiros	**(3.523.838)**	**(2.776.865)**
Custos da energia comprada	(2.857.840)	(2.149.243)
Encargos de uso da rede elétrica	(237.444)	(229.834)
Materiais	(13.707)	(12.894)
Serviços de terceiros	(151.527)	(147.611)
Custo com construção da infraestrutura	(161.585)	(138.189)
Outros custos operacionais	(101.735)	(99.094)
Valor adicionado bruto	**3.775.837**	**1.851.417**
Retenções		
Depreciações e amortizações	(88.168)	(91.062)
Valor adicionado líquido produzido	**3.687.669**	**1.760.355**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	116.733	84.713
Valor adicionado total a distribuir	**3.804.402**	**1.845.068**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	93.453	88.698
Benefícios	29.843	29.547
FGTS	13.482	8.523
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	1.885.951	419.372
Estaduais	1.321.417	917.439
Municipais	5.635	4.746
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	186.471	129.624
Aluguéis	6.183	6.863
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	63.296	33.632
Dividendos	8.416	29.612
	3.614.147	**1.668.056**
Lucros retidos	190.255	177.012
	3.804.402	**1.845.068**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2015	2014
Resultado líquido do exercício	261.967	240.256
Outros resultados abrangentes		
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego	(16.629)	(49.733)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.654	16.909
Resultado abrangente do exercício	**250.992**	**207.432**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	365.845	337.205
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
PIS e COFINS diferidos	11.153	30.549
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	38.509	19.699
Valor justo do ativo financeiro indenizável	(102.696)	11.411
Depreciações e amortizações	83.997	87.649
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	60	
Ganhos e perdas na alienação de bens e direitos	24.800	47.482
Ativos e passivos financeiros setoriais	(34.187)	(368.405)
Fornecedores - atualização monetária - Energia livre	5.083	3.767
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos	117.675	81.670
Provisão para plano de benefícios pós-emprego	969	(2.261)
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	37.850	29.079
Ajuste a valor presente	(5.484)	(4.558)
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária	28.398	19.468
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	(2.146)	(1.765)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(1.770)	(841)
Outros	249	(1.825)
	568.305	**288.324**
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Consumidores e concessionárias	(327.028)	(82.889)
Ativos financeiros setoriais	(85.177)	16.890
Impostos e contribuições sociais compensáveis	28.169	(12.748)
Cauções e depósitos vinculados	732	7.718
Outros ativos operacionais	(2.704)	(10.222)
	(386.008)	**(81.251)**
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	30.907	66.345
Outros tributos e contribuições sociais	50.468	(23.528)
Benefícios pós-emprego	(45.125)	(19.479)
Encargos setoriais	101.941	(14.272)
Provisões	(18.873)	(14.250)
Outros passivos operacionais	18.270	(1.496)
	137.588	**(6.680)**
Caixa proveniente das atividades operacionais	**319.885**	**200.393**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(28.168)	(16.278)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**291.717**	**184.115**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao Imobilizado e Intangível	(161.585)	(138.189)
Alienação de bens e direitos	166	2.145
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento	**(161.419)**	**(136.044)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(172.750)	(225.000)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	459.136	394.265
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos, derivativos e debêntures	(284.795)	(188.145)
Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos	(112.383)	(80.743)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento	**(110.792)**	**(99.623)**
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**19.506**	**(51.552)**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	301.943	282.437
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	282.437	333.989
	19.506	**(51.552)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**339.628**	**334.728**	**402.327**	**27.573**	**-**	**1.104.256**
Dividendo adicional aprovado - RCA de 25/02/2014			(93.275)			(93.275)
Dividendo adicional aprovado - AGO de 10/04/2014			(35.847)			(35.847)
Distribuição de lucros retidos - AGO de 10/04/2014			(18.757)			(18.757)
Distribuição de lucros retidos - AGE de 09/10/2014			(31.809)			(31.809)
Lucro líquido do exercício					240.256	240.256
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal			7.461		(7.461)	-
Dividendos intermediários (JSCP)					(33.632)	(33.632)
Dividendos propostos					(29.612)	(29.612)
Lucros retidos a deliberar			169.551		(169.551)	-
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego				(49.733)		(49.733)
Imposto de renda e contribuição social diferidos				16.909		16.909
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**339.628**	**334.728**	**399.651**	**(5.251)**	**-**	**1.068.756**

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**339.628**	**334.728**	**399.651**	**(5.251)**	**-**	**1.068.756**
Aumento de capital - AGE de 29/12/2015	257.041	(257.041)				-
Dividendo adicional aprovado - AGO de 09/04/2015			(64.551)			(64.551)
Dividendo adicional aprovado - AGE de 08/12/2015			(50.000)			(50.000)
Lucro líquido do exercício					261.967	261.967
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal			13.098		(13.098)	-
Dividendos intermediários (JSCP)					(63.296)	(63.296)
Dividendos propostos					(8.416)	(8.416)
Lucros retidos a deliberar			177.157		(177.157)	-
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego				(16.629)		(16.629)
Imposto de renda e contribuição social diferidos				5.654		5.654
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**596.669**	**77.687**	**475.355**	**(16.226)**	**-**	**1.133.485**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Bandeirante Energia S.A. (Companhia ou EDP Bandeirante), Sociedade Anônima de capital aberto, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de São Paulo-SP, detém o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 202/98 - ANEEL, pelo prazo de 30 anos, válidos até outubro de 2028 e atua em 28 municípios no Estado de São Paulo, tendo suas atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

2 Concessão

As principais obrigações estabelecidas às partes no contrato de concessão são as seguintes:

Concedente: fiscalização do cumprimento do contrato; garantir a prestação do serviço de forma adequada; prorrogar o prazo do contrato, se for necessário, para garantir a qualidade do atendimento a custos adequados; reajustar as tarifas para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato; e quando receber a concessão deverá indenizar, conforme disposto na lei, as parcelas dos investimentos vinculados, não amortizados ou depreciados na data da reversão, descontado, no caso da caducidade, o valor das multas contratuais e dos danos causados pela Companhia.

Companhia: manter permanentemente atualizado o cadastro dos bens e das instalações; manter equipamentos em perfeitas condições de funcionamento e ter as condições técnicas para assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços; cobrar pelo fornecimento e pelo suprimento de energia elétrica as tarifas homologadas pela Concedente; e efetuar os investimentos necessários para garantir a prestação do serviço.

3 Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 02 de fevereiro de 2016.

3.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

3.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

3.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente e a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 3.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais às demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6.4); Ativos financeiros setoriais (Nota 7); Ativo financeiro indenizável (Nota 13.1); Fornecimento não faturado (Nota 6); Transações realizadas no âmbito da CCEE (Notas 6 e 14.3); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias (Nota 9); Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 26.1.3); Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota 19.1); e Planos de benefícios pós-emprego (Nota 17).

3.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.6 Redução ao valor recuperável

Ativo financeiro

São avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis e ao final de cada exercício, exceto para Consumidores e concessionárias que são avaliados mensalmente (Nota 6.4). São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

Se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos intangíveis, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável, a Companhia procede o teste de recuperabilidade dos ativos.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

3.7 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas

3.7.1 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009. Em outubro de 2010 foi revisada para incluir requerimentos de classificação e mensuração de passivos financeiros e para desreconhecimento. Outra revisão da IFRS 9 emitida em julho de 2014 incluiu principalmente: (i) requerimentos de *impairment* para ativos financeiros passando para o modelo de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação de ativos financeiros; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

IFRS 15 - Receitas de Contratos com clientes (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

Em maio de 2014 foi emitida a IFRS 15 que introduziu um modelo simplificado para o reconhecimento de receitas provenientes dos contratos com clientes. A norma enfatiza o reconhecimento da receita como transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes que reflete sua consideração de qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços e quando ela deve ser reconhecida. A IFRS 15 substituirá o CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18), o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11) e as interpretações relacionadas. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2019)

Em 13 de janeiro de 2016 foi emitida a IFRS 16 que introduziu novas regras para as operações de arrendamento mercantil. Com essa nova norma, os arrendatários passam a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 substituirá o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17) e correspondentes interpretações. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

A Administração da Companhia acredita que as IFRS 9, 15 e 16 possam gerar efeitos nos montantes reportados nas demonstrações financeiras, no entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que a Companhia efetue uma revisão detalhada desses impactos.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

3.7.2 Normas e interpretações revisadas, já emitidas pelo CPC, adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2015
A Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2015, passou a adotar novas normas e interpretações conforme Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 06/2014, emitidos pelo CPC. As seguintes normas revisadas não refletiram impactos nas demonstrações financeiras: (i) CPC 04 (R1) - Ativo Intangível (IAS 38); (ii) CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas (IAS 24); (iii) CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações (IFRS 2); (iv) CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios (IFRS 3); (v) CPC 22 - Informações por Segmento (IFRS 8); (vi) CPC 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes (IAS 37); (vii) CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1); (viii) CPC 27 - Ativo Imobilizado (IAS 16); (ix) CPC 28 - Propriedade para Investimento (IAS 40); (x) CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (IAS 19); (xi) CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração: Novação de derivados e contabilidade de cobertura (IAS 39); e (xii) CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação: Compensação de ativos e passivos financeiros (IAS 32).

4 Eventos significativos no exercício

4.1 Regulamentações do Setor de Energia

4.1.1 Bandeiras tarifárias
A partir de 1º de janeiro de 2015, por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 547 de 16 de abril de 2013, entrou em vigor o Sistema de Bandeiras Tarifárias. Este mecanismo tem como objetivo sinalizar aos consumidores os custos da geração de energia elétrica de cada mês, sendo dividido em 3 bandeiras: verde, amarela e vermelha. A cada mês, as condições de operação do sistema são reavaliadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, que define a melhor estratégia de geração de energia para atendimento da demanda. A partir dessa avaliação, define-se as térmicas que deverão ser acionadas. Se o custo variável da térmica mais cara for menor que R$200/MWh, então a bandeira é verde. Se estiver entre R$200/MWh e R$388,48/MWh, a bandeira é amarela. E se for maior que R$388,48/MWh, a bandeira será vermelha.
A bandeira verde indica que o custo para geração de energia está no patamar normal, não sendo necessário nenhum acréscimo no valor das tarifas de energia. Já as bandeiras amarela e vermelha sinalizam que o custo da geração de energia está aumentado, sendo aplicado um adicional ao valor da tarifa de energia. Os acréscimos no exercício ocorreram desta forma: (i) para o período de 1º de janeiro de 2015 até 1º de março de 2015 os acréscimos foram: bandeira amarela R$1,50 por 100 kWh e para a bandeira vermelha de R$3,00 por 100 kWh; (ii) a partir de 2 de março de 2015, por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 1.859 de 27 de fevereiro de 2015, os valores das bandeiras foram alterados, sendo que: para a bandeira amarela foi de R$2,50 por 100 kWh e para a bandeira vermelha R$5,50 por 100 kWh; (iii) a partir de 1º de setembro de 2015, conforme determinado pela Resolução Homologatória ANEEL nº 1.945 de 28 agosto de 2015, ocorreu a aprovação da redução do valor da bandeira vermelha para R$4,50 por 100 kWh.
Em 4 de fevereiro de 2015 foi criada a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, por meio do Decreto nº 8.401. Os agentes de distribuição passaram a destinar os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias para essa Conta, gerida pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
Esses recursos são alocados para a cobertura de custos não previstos nas tarifas das diversas distribuidoras do país. O valor homologado mensalmente pela ANEEL a repassar ou a ressarcir é a diferença entre o montante cobrado dos clientes e os sobrecustos referentes a: (i) Segurança Energética do Encargo de Serviço do Sistema - ESS; (ii) despacho térmico; (iii) risco hidrológico; (iv) custas de Itaipu; (v) exposição ao mercado de curto prazo; e (vi) excedente da Conta de Energia de Reserva - CONER. Os eventuais custos não cobertos pela receita são considerados no processo tarifário subsequente.
No exercício o valor faturado, líquido de impostos, a título de Bandeira tarifária foi de R$431.766 (Notas 18 e 21).

4.1.2 Revisão Tarifária Extraordinária - RTE
Em 27 de fevereiro de 2015, por meio da Resolução Homologatória nº 1.859, a ANEEL acatou o pedido de RTE das distribuidoras de energia elétrica. A revisão das tarifas foi necessária face ao distanciamento entre os custos efetivos e a cobertura tarifária existente para os itens (i) Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e os (ii) Custos com a Compra de Energia Elétrica, dentre os quais destaca-se:
i) Exposição Involuntária ao Mercado de Curto Prazo - MCP;
ii) Risco Hidrológico dos Contratos de Cota de Garantia Física - CCGF;
iii) Encargo de Serviço do Sistema por Segurança Energética;
iv) Reajuste da Tarifa de Itaipu;
v) 14º Leilão de Energia Existente; e
vi) 18º Leilão de Ajuste.
O índice de reposicionamento tarifário aprovado foi de 32,18%, subdividido em 24,89% atribuído aos itens econômicos e 7,29% aos componentes financeiros decorrentes do processo tarifário anterior.
O aumento médio percebido pelos consumidores foi de 25,12% (34,99% para os atendidos em alta e média tensão e 17,83% para os atendidos em baixa tensão). A RTE vigorou de 2 de março de 2015 até 22 de outubro de 2015, data em que ocorreu a revisão tarifária da Companhia.
O valor faturado no exercício, líquido de impostos, a título de RTE foi de R$505.370 no exercício de 2015 (Nota 7).
A implantação do sistema de Bandeiras Tarifárias, associado à realização da RTE, permitiu que as distribuidoras conseguissem manter o fluxo de pagamento em dia, evitando uma provável inadimplência generalizada no setor elétrico.

4.1.3 Ressarcimento Conta - ACR
A ANEEL, por meio do Despacho nº 773 de 27 de março de 2015, homologou o montante de R$64.457, o qual inclui R$903 de atualização monetária, referente a recursos da Conta - ACR, para cobrir as competências de novembro e dezembro de 2014, que excederam a cobertura tarifária relativa: (i) à exposição contratual involuntária a pagar; (ii) ao despacho termoelétrico relativo aos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado na modalidade por disponibilidade a receber; e (iii) ao risco hidrológico a receber. Este montante foi deduzido no valor repassado à CCEE em 31 de março de 2015 e registrados a crédito da rubrica de Ativos e passivos setorias (Nota 7).

4.1.4 Alterações na metodologia aplicável ao processo de Revisão Tarifária
Em 28 de abril de 2015, a ANEEL aprovou, por meio da Resolução Normativa nº 660, alterações na metodologia aplicável aos processos de Revisão Tarifária Periódica das distribuidoras de energia elétrica, válidas para os processos realizados a partir de 06 de maio de 2015 e envolveram mudanças nos seguintes temas:
i) Procedimentos gerais
• Extinção do conceito de ciclo tarifário passando a ser utilizadas as metodologias e parâmetros vigentes por ocasião do processamento da revisão tarifária; e
• Atualização dos parâmetros ocorrerá em períodos de 2 a 4 anos, enquanto que as metodologias em períodos de 4 a 8 anos.
ii) Remuneração dos investimentos
• A taxa de remuneração do capital investido (WACC) passou de 7,5% a.a., para 8,09% a.a. (líquido de impostos). Os pontos de aprimoramento na atualização foram: (i) uniformização das séries, (ii) utilização do risco de crédito médio das empresas no capital de terceiros, (iii) recálculo do custo de capital a cada 3 anos, com revisão da metodologia a cada 6 anos; e
• Inclusão de remuneração para o risco associado à operação de investimentos realizados com recursos de terceiros, ou seja, as "Obrigações Especiais".
iii) Custos operacionais
• Para definição dos Custos Operacionais eficientes, foram considerados os "índices de qualidade" e "perdas".
iv) Fator X
• A fórmula de cálculo do Fator X passa a considerar índice que avalia a qualidade comercial.
v) Perdas não técnicas
• Atualização de dados estatísticos das séries de atividades subnormais; e
• Redução na velocidade de redução para fins de trajetória para atingimento da meta de perda regulatória.
vi) Receitas irrecuperáveis
• O nível de Receitas irrecuperáveis (%) passa a ser calculado com base no histórico de 60 meses de inadimplência da concessionária.
vii) Outras receitas
• O percentual de compartilhamento de Outras receitas foi alterado para 30% nos serviços de: (i) eficientização do consumo de energia elétrica; (ii) instalação de cogeração qualificada; e (iii) serviços de comunicação de dados. Para os demais serviços foi definido em 60%.
A revisão tarifária da Companhia ocorrida em 23 de outubro de 2015 já incorporou estas alterações.

4.2 4º Revisão Tarifária Periódica
A Resolução Homologatória ANEEL nº 1.973 de 20 de outubro de 2015, homologou o resultado da 4ª Revisão Tarifária Periódica da Companhia, aplicada a partir de 23 de outubro de 2015.
O efeito médio percebido pelos consumidores cativos foi de 16,14%, sendo 17,09% o efeito médio para os consumidores atendidos em alta e média tensão e 15,37% o efeito médio para os consumidores atendidos em baixa tensão.
No processo de Revisão Tarifária Periódica, que se dá a cada quatro anos na Companhia, a ANEEL recalcula os custos regulatórios passíveis de gerenciamento pela distribuidora (Parcela B) que incluem: (i) os custos operacionais e (ii) os custos do capital (remuneração e depreciação). Já os custos não gerenciáveis (Parcela A), que englobam a energia comprada de geradoras, o transporte da energia, os encargos setoriais e os ajustes financeiros são atualizados com base na variação de preços verificada nos doze meses anteriores e projeção para os doze meses subsequentes.
O Fator X é calculado em função dos componentes "Pd" (ganhos de produtividade) e "T" (trajetória para adequação de custos operacionais), que irão perdurar por todo o ciclo, além do componente "Q" (incentivo à qualidade), recalculado a cada processo tarifário. Os valores foram homologados em: "Pd": 1,14%; "T": -0,23%; e "Q": -0,33%.
Na composição da revisão tarifária de 2015 destacam-se os componentes: Remuneração do Capital e Quota de Reintegração Regulatória, derivados da Base de Remuneração Regulatória homologada. A Base de Remuneração Bruta foi de R$3,316 bilhões e a Base de Remuneração Líquida de R$1,667 bilhões.
O ajuste financeiro reconhecido pela ANEEL neste processo foi de R$572,2 milhões, referente à diferença entre os custos homologados e os efetivamente incorridos pela Companhia no período tarifário.
Cabe ressaltar que a ANEEL acatou parcialmente o Recurso Administrativo interposto pela Companhia frente ao resultado do Reajuste Tarifário Ordinário de 2014, adicionando R$274 ao componente financeiro deste processo tarifário.

4.3 Captação de Recursos
No exercício a Companhia realizou as seguintes captações de recursos.

Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
BNDES FINEM	mar/15 - abr/15 - nov/15	dez/24	234.569	IPCA + TR + 3,05% a.a./TJLP + 3,05%a.a. e Pré 6% a.a.	Financiamento de obras de infraestrutura da concessão
Cédula de Câmbio	mai/15	mai/19	150.000	CDI + 1,19% a.a.	85% do Alongamento da dívida e financiamento de capital de giro
Cédula de Câmbio	set/15	set/19	75.000	Contratação de *Swap* com custo efetivo de CDI + 1,20% a.a.	Alongamento da dívida e financiamento de capital de giro.
			459.569		

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2015	31/12/2014
Bancos conta movimento	237.947	235.749
Aplicações financeiras - renda fixa	63.996	46.688
Total	**301.943**	**282.437**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.
Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, remunerados à taxa de 101,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.
Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.
A exposição da Companhia à riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 26.

6 Consumidores e concessionárias

	Nota	Valores correntes – A Vencer: Até 60 dias	Valores correntes – Vencida: Até 90 dias	Valores correntes – Vencida: De 91 a 180 dias	Valores correntes – Vencida: De 181 a 360 dias	Valores correntes – Vencida: Mais de 360 dias	PCLD	Valores renegociados – A Vencer: Até 60 dias	Valores renegociados – A Vencer: Mais de 60 dias	Valores renegociados – Vencida: Até 60 dias	Valores renegociados – Vencida: Mais de 60 dias	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2015	Saldo líquido em 31/12/2014
Circulante														
Consumidores														
Fornecimento faturado														
Residencial		139.346	101.438	11.966	2.547	7.029	(21.542)	5.110	8.486	3.181	16.552	(18.561)	255.552	156.997
Industrial		12.714	32.589	2.580	5.720	9.690	(13.044)	3.800	1.505	520	10.238	(10.268)	56.044	22.274
Comércio, serviços e outras atividades		48.831	29.074	3.110	2.756	6.830	(9.831)	1.584	2.631	988	7.945	(8.575)	85.343	55.353
Rural		1.729	720	63	3	146	(146)	379	1.171	37	205	(172)	4.135	5.753
Poder público														
Federal		5.805	1.017	21	6	36	(34)	10	3	2	30	(30)	6.866	4.121
Estadual		4.802	474	54	133	300	(298)	17	4				5.486	3.299
Municipal		8.595	6.920	433		53	(39)	2.608	13.185	1.481	753	(42)	33.947	27.690
Iluminação pública		13.143	10.989	87		4	(4)	5	1	4	155	(157)	24.227	13.492
Serviço público		18.287	1.970	10	46	1.520	(31)	5	3	3	127		21.940	12.864
Serviços cobráveis		136	304	98	5	90	(193)						440	564
Fornecimento não faturado		293.370											293.370	184.136
(-) Arrecadação em processo de reclassificação		(208)											(208)	(388)
(-) Ajuste a valor presente	6.1							(359)					(359)	(815)
Outros créditos		179	167	763	4	759							1.872	828
		546.729	**185.662**	**19.185**	**11.220**	**26.457**	**(45.162)**	**13.159**	**26.989**	**6.216**	**36.005**	**(37.805)**	**788.655**	**486.168**
Concessionárias														
Suprimento de energia elétrica													-	207
Encargos de uso da rede elétrica		463				105	(105)						463	1.162
Outros créditos	6.2	28.352				1.108	(696)						28.764	33.373
		28.815	-	-	-	**1.213**	**(801)**	-	-	-	-	-	**29.227**	**34.742**
Total Circulante	**6.3**	**575.544**	**185.662**	**19.185**	**11.220**	**27.670**	**(45.963)**	**13.159**	**26.989**	**6.216**	**36.005**	**(37.805)**	**817.882**	**520.910**

	Nota	Renegociada vencer Mais de 360 dias	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2015	Saldo líquido em 31/12/2014
Não circulante					
Consumidores					
Fornecimento faturado					
Residencial		4.761	(460)	4.301	1.349
Industrial		9.411	(2.622)	6.789	25.338
Comércio, serviços e outras atividades		6.271	(343)	5.928	5.096
Rural		11		11	4
Poder público					
Municipal		27.671		27.671	22.760
Serviço público				-	2.838
(-) Ajuste a valor presente	6.1	(2.526)		(2.526)	(7.554)
		45.599	**(3.425)**	**42.174**	**49.831**
Concessionárias					
Outros créditos	6.2	5.791	(119)	5.672	984
		5.791	**(119)**	**5.672**	**984**
Total Não circulante		**51.390**	**(3.544)**	**47.846**	**50.815**

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado ou a ser faturado, ajustadas ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.
O saldo de Concessionárias refere-se aos: (i) concessionárias revendedoras e empresas comercializadoras, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada; e (ii) valores a receber relativos à energia comercializada e encargos na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
A exposição da Companhia a riscos de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 26.

6.1 Ajuste a valor presente
O ajuste a valor presente, regulamentado pelo CPC 12, foi calculado com base na taxa de remuneração de capital, aplicada pela ANEEL nas revisões tarifárias da Companhia. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Em 31 de dezembro de 2015 corresponde a 12,26%a.a. (11,36% a.a. em 31 de dezembro de 2014), afetando positivamente o resultado do exercício em R$5.484 (positivamente em R$4.558 em 2014) (Nota 23).

6.2 Outros créditos - Concessionárias
Do montante Circulante e Não circulante em 31 de dezembro de 2015 de R$34.436 (R$34.357 em 31 de dezembro de 2014), R$33.238 (R$32.962 em 31 de dezembro de 2014) refere-se a valores a receber das geradoras referentes a ressarcimentos por insuficiência de geração, por indisponibilidade, por geração inferior ao Despacho do ONS e por geração inferior a inflexibilidade, substancialmente de competência de dezembro 2013 a dezembro de 2015, considerando que estes valores a receber constituem um montante a devolver aos consumidores por meio da modicidade tarifária em igual montante.

6.3 Circulante
A variação positiva no exercício no montante de R$296.972 é resultante, substancialmente, pelo aumento das tarifas de energia elétrica provocado pela aplicação das Bandeiras Tarifárias, pela Revisão Tarifária Extraordinária - RTE e Revisão Tarifária Periódica, descrito nas notas 4.1.1, 4.1.2 e 4.2.

6.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

	Saldo em 31/12/2014	Provisão	Reversão: Recebimento	Reversão: Parcelamento	Reversão: Perdas	Saldo em 31/12/2015
Consumidores						
Residencial	(29.046)	(53.884)	11.700	3.761	26.906	(40.563)
Industrial	(40.280)	(7.105)	672		20.779	(25.934)
Comércio, serviços e outras atividades	(14.829)	(9.119)	532	1.745	2.922	(18.749)
Rural	(277)	(66)	1	4	20	(318)
Poder público	(2.631)	(42)	506	1.724		(443)
Iluminação pública	(10)	(1.323)	667	505		(161)
Serviço público	(23)	(14)		6		(31)
Serviços cobráveis	-	(193)				(193)
	(87.096)	**(71.746)**	**14.078**	**7.745**	**50.627**	**(86.392)**
Concessionárias	(993)		73			(920)
Total	**(88.089)**	**(71.746)**	**14.151**	**7.745**	**50.627**	**(87.312)**
Circulante	(83.635)					(83.768)
Não circulante	(4.454)					(3.544)
Total	**(88.089)**					**(87.312)**

Conforme requerido pelo CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Consumidores e concessionárias e, quando necessário, é constituída uma Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. O cálculo da PCLD está em conformidade, também, à Instrução Contábil 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.
A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 26.2.3.

6.4.1 Critérios PCLD - Valores Correntes
Para os faturamentos, a Companhia adota os seguintes critérios:
i) Residencial: vencidos há mais de 90 dias;
ii) Comercial: vencidos há mais de 180 dias; e
iii) Demais classes: vencidos há mais de 360 dias.

6.4.2 Critérios PCLD - Valores Renegociados
Para os parcelamentos de débitos, a Companhia adota os seguintes critérios:
i) Clientes baixa tensão: parcela vencida há mais de 90 dias é constituída a provisão do saldo integral do parcelamento;
ii) Clientes média e alta tensão: parcela vencida há mais de 60 dias é constituída a provisão do saldo integral do parcelamento; e
iii) Poder público: parcela vencida há mais de 60 dias é constituída a provisão do saldo integral do parcelamento, deduzida dos valores cobertos por meio de apresentação de nota de Empenho.

7 Ativos e passivos financeiros setoriais

	Saldo em 31/12/2014	Apropriação	Amorti-za-ção	Atualização monetária	Recebimento CCRBT	Recebimento Conta - ACR	Transfe-rên-cia	Saldo em 31/12/2015	Circulante	Não circulante	Valores em amortização IRT (*) 2015	Valores em amortização IRT (*) 2016	Valores em constituição IRT (*) 2019
ATIVO													
CVA													
Aquisição de energia (i)	280.894	271.269	(267.194)	18.972	(242.341)	(83.123)	212.335	190.812	250.797	(59.985)	270.792	(79.980)	
Custo da Energia de Itaipu (i)	(32.817)	272.303	(1.833)	5.651			(18.372)	224.932	111.380	113.552	73.530	151.402	
PROINFA	2.753	307	(1.799)	(240)			(624)	397	(1.249)	1.646	(1.799)	2.196	
Transporte Rede Básica	32.218	(1.921)	(13.475)	2.673			181	19.676	20.953	(1.277)	21.378	(1.702)	
Transporte de Energia - Itaipu	191	3.183	(659)	203			(31)	2.887	2.307	580	2.113	774	
ESS	(127.876)	74.862	57.618	(7.396)	(75.202)		830	(77.164)	(64.652)	(12.512)	(60.481)	(16.683)	
CDE (ii)	13.887	652.945	(125.378)	31.032			(470)	572.016	440.342	131.674	396.451	175.565	
	169.250	**1.272.948**	**(352.720)**	**50.895**	**(317.543)**	**(83.123)**	**193.849**	**933.555**	**759.878**	**173.678**	**701.984**	**231.572**	**-**
Itens financeiros													
Sobrecontratação de energia	153.213	(57.499)	(10.548)	6.239		19.569	(195.283)	(84.309)	(37.407)	(46.902)	(21.773)	(62.536)	
Neutralidade da Parcela A	(6.758)	10.705	16	33			1.960	5.956	7.575	(1.619)	8.115	(2.159)	
Exposição CCEAR entre submercados	7.303	(1.663)	(1.678)	2.037			(1.387)	4.612	7.492	(2.880)	8.453	(3.841)	
Devolução tarifária (iii)	(23.191)	(505.370)	109.830	(24.253)			-	(442.984)	(350.464)	(92.520)	(319.624)	(123.360)	
Outros	5.382	22.796	(11.674)	169			861	17.534	21.500	(3.966)	22.679	(5.145)	
	135.949	**(531.031)**	**85.946**	**(15.775)**	**-**	**19.569**	**(193.849)**	**(499.191)**	**(351.304)**	**(147.887)**	**(302.150)**	**(197.041)**	
PIS e COFINS													
PIS/ COFINS Nota Técnica nº 115/04	15.767	4.270						20.037	20.037			20.037	
PIS/ COFINS sobre Ativos financeiros setoriais	30.549	13.725						44.274	41.645	2.629	40.754	3.520	
	46.316	**17.995**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**64.311**	**61.682**	**2.629**	**40.754**	**23.557**	**-**
Total	**351.515**	**759.912**	**(266.774)**	**35.120**	**(317.543)**	**(63.554)**	**-**	**498.676**	**470.256**	**28.420**	**440.588**	**58.088**	**-**
PASSIVO													
Itens financeiros													
Ultrapassagem de demanda e Excedente de reativos (iv)		24.293		933				25.226		25.226			25.226
	-	**24.293**	**-**	**933**	**-**	**-**	**-**	**25.226**	**-**	**25.226**	**-**	**-**	**25.226**
PIS e COFINS													
PIS/ COFINS sobre Passivos financeiros setoriais		2.571						2.571		2.571			2.571
	-	**2.571**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.571**	**-**	**2.571**	**-**	**-**	**2.571**
Total	**-**	**26.864**	**-**	**933**	**-**	**-**	**-**	**27.797**	**-**	**27.797**	**-**	**-**	**27.797**

(*) IRT - Índice de Reposicionamento Tarifário

Os ativos e passivos financeiros setoriais referem-se aos valores originados da diferença temporal entre os custos previstos pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos previstos são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos são superiores aos custos efetivamente incorridos. São segregados entre ativo e passivo de acordo com a expectativa de homologação nas tarifas pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários.
São homologados anualmente pela ANEEL e incorporados à tarifa de energia por meio de Reajustes ou Revisões Tarifárias que, na Companhia, ocorrem em 23 de outubro.
O processo de amortização se dá de forma mensal e corresponde ao recebimento/devolução por meio da aplicação das tarifas vigentes, homologadas nos últimos eventos tarifários. Os valores mensais correspondem a 1/12 avos dos montantes totais homologados pela ANEEL. Os valores em constituição referem-se à diferença entre os custos incorridos e os constantes na tarifa até a data do fechamento do mês de referência, a serem homologados nos próximos processos tarifários.
Os valores que compõem os ativos e passivos financeiros setoriais são:
• **Conta de Compensação de Variação dos Valores de Itens da "Parcela A" - CVA:** É composta pelos custos de aquisição da energia elétrica, de conexão e de transmissão, além dos encargos setoriais. A CVA deve ser neutra em relação ao desempenho da Companhia, ou seja, os custos incorridos são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e
• **Itens financeiros:** Referem-se a outros componentes financeiros que se constituem em direitos ou obrigações que também integram a composição tarifária, dentre eles: Sobrecontratação de energia ao mercado de curto prazo; Neutralidade dos encargos setoriais; e Exposição financeira no mercado de curto prazo por diferença de preços entre submercados.
Dentre os principais montantes apresentados, destacam-se:
(i) Aquisição de Energia e Custo de Energia de Itaipu: para os últimos processos tarifários foram utilizadas previsões de Preço de Liquidação das Diferenças - PLD e de dólar que não se concretizaram ao longo de 2014 e 2015 frente ao cenário energético e econômico do país. Como a expectativa de preços médios foi baseada nos custos estimados de PLD e da moeda americana, que valora a tarifa da energia produzida por Itaipu, o preço médio de compra de energia foi superior ao preço médio de cobertura homologado nos processos tarifários. Porém, com a criação da Conta Centralizadora de Recursos das Bandeiras Tarifárias - CCRBT, parte desta diferença está sendo coberta;
(ii) CDE: o aumento do saldo deste ativo financeiro setorial foi decorrente da alta expressiva no valor da cota mensal a partir de março de 2015 (Notas 18.1 e 21);
(iii) Devolução Tarifária: no início de 2015, foram homologadas as RTEs das distribuidoras do Brasil (Nota 4.1.2). Tal medida foi necessária para cobrir, principalmente, a alta no encargo da CDE, acima mencionado. Para simplificar o processo, a ANEEL atualizou somente as tarifas de aplicação, não alterando as tarifas econômicas, responsáveis pela cobertura tarifária de energia, encargos e transporte. Desta forma, a receita adicional com a RTE é considerada como um passivo a ser devolvido nos reajustes/revisões tarifárias das distribuidoras; e
(iv) Ultrapassagem de Demanda: refere-se à receita com Ultrapassagem de Demanda - UD e Excedente de Reativo - ER faturado após a data do laudo de avaliação da Base de Remuneração Regulatória - BRR do 3º Ciclo de Revisão Tarifária das Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica - 3CRTP, que na Companhia ocorreu em abril de 2015. Durante o 3CRTP, o valor acumulado das receitas com UD e ER até a data do laudo de avaliação da BRR, conforme regulamentação estabelecida naquele ciclo, foi apropriado a crédito em Intangível, como Obrigações Especiais, passando a ser amortizado a partir do 4CRTP pela taxa média do Intangível vinculado à concessão. De acordo com o Proret 2.1 Procedimentos gerais da Revisão Tarifária Periódica das Concessionárias de Distribuição, a partir do 4CRTP, as receitas faturadas acumuladas no ciclo com UD e ER líquida dos tributos incidentes, do percentual regulatório de 3,5% da referida receita e das receitas irrecuperáveis da classe de consumo industrial serão subtraídas na tarifa do consumidor durante o ciclo tarifário seguinte, ou seja, passará a ser revertido para a modicidade tarifária nos 4 anos do próximo ciclo tarifário, deixando de reduzir a BRR (Nota 21.1).

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

8 Impostos e contribuições sociais

	Nota	Saldo em 31/12/2014	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantamentos	Compensação de tributos	Reclassificação	Transferência	Saldo em 31/12/2015
Ativos - Compensáveis										
Imposto de renda e contribuição social		23.082	1.303		1.416	28.168	(24.103)	(82)	(10.327)	19.457
ICMS	8.1	60.116	38.397	(3)					(32.017)	66.493
PIS e COFINS		1.959	289.129		354		(644)		(288.398)	2.400
IRRF sobre aplicações financeiras		6.869	2.527					2		9.398
Outros		699	138					80		917
Total		**92.725**	**331.494**	**(3)**	**1.770**	**28.168**	**(24.747)**	**-**	**(330.742)**	**98.665**
Circulante		41.294								41.339
Não circulante		51.431								57.326
Total		**92.725**								**98.665**

	Saldo em 31/12/2014	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantamentos	Compensação de tributos	Reclassificação	Transferência	Saldo em 31/12/2015
Passivo - a recolher									
Imposto de renda e contribuição social	-	10.327						(10.327)	-
ICMS	84.700	1.318.811	(2)		(1.247.766)			(32.017)	123.726
PIS e COFINS	15.028	640.582			(302.225)	(24.747)		(288.398)	40.240
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	1.220	5.049			(4.624)		354		1.999
IRRF sobre juros s/ capital próprio	5.045	9.494			(5.045)				9.494
Encargos com pessoal	3.229	38.591			(41.091)		(93)		636
Outros	354	3.931			(254)		(261)		3.770
Total	**109.576**	**2.026.785**	**(2)**	**-**	**(1.601.005)**	**(24.747)**	**-**	**(330.742)**	**179.865**
Circulante	109.576								179.865
Total	**109.576**								**179.865**

Os impostos e contribuições sociais correntes, que serão liquidados em um único pagamento, são apresentados pelo seu montante líquido compensável, conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

8.1 ICMS - Compensável

Do saldo a compensar de R$66.493 (R$60.116 em 31 de dezembro de 2014), R$9.167 (R$8.682 em 31 de dezembro de 2014) são Circulante e R$57.326 (R$51.434 em 31 de dezembro de 2014) são Não circulante. Do montante total, R$63.623 (R$57.307 em 31 de dezembro de 2014) referem-se a créditos de ICMS decorrente de aquisição de bens que, de acordo com o parágrafo 5º do artigo 20 da Lei Complementar nº 87/96, são compensados à razão de 1/48 avos por mês.

9 Tributos diferidos

	Nota	Ativo Não circulante 31/12/2015	Ativo Não circulante 31/12/2014	Passivo Circulante 31/12/2015	Passivo Circulante 31/12/2014	Passivo Não circulante 31/12/2015	Passivo Não circulante 31/12/2014
PIS e COFINS	9.1			41.645	19.495	57	11.054
Imposto de renda e contribuição social	9.2		63.898			24.000	
Total		**-**	**63.898**	**41.645**	**19.495**	**24.057**	**11.054**

9.1 PIS e COFINS

O montante refere-se a PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre receita relativa aos ativos e passivos financeiros setoriais.

9.2 Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de renda e contribuição social diferidos foram registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pela sua natureza, e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

9.2.1 Composição e base de cálculo

	Nota	Ativo Não circulante 31/12/2015 IRPJ/CSLL	Ativo Não circulante 31/12/2014 IRPJ/CSLL	Passivo Não circulante 31/12/2015 IRPJ/CSLL	Passivo Não circulante 31/12/2014 IRPJ/CSLL	Resultado 2015 IRPJ/CSLL	Resultado 2014 IRPJ/CSLL
Natureza dos créditos							
Prejuízos Fiscais		133	3.498			(3.365)	3.498
Base Negativa da Contribuição Social		48	1.259			(1.211)	1.259
		181	**4.757**	**-**	**-**	**(4.576)**	**4.757**
Diferenças Temporárias	9.2.1.1						
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		33.295	34.253			(958)	4.261
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		61.280	54.487			6.793	4.949
Ativos financeiros setoriais				145.920	109.128	(36.792)	(109.128)
Consumidores - ajuste a valor presente		981	2.845			(1.864)	(1.550)
Valor justo do Ativo Financeiro Indenizável - ICPC 01 (R1)				45.221	10.305	(34.916)	3.878
Benefícios pós-emprego - PSAP	9.2.1.2	(8.359)	6.678			(15.037)	(7.526)
Benefício pós-emprego - Resultados abrangentes		8.359	2.705				
Outras		1.007	(81)	1.187		(99)	3.030
Total diferenças temporárias		**96.563**	**100.887**	**192.328**	**119.433**	**(82.873)**	**(102.086)**
Crédito fiscal do ágio incorporado	9.2.1.3	71.584	77.687			(6.103)	(6.156)
Total bruto		**168.328**	**183.331**	**192.328**	**119.433**	**(93.552)**	**(103.485)**
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos		(168.328)	(119.433)	(168.328)	(119.433)		
Total		**-**	**63.898**	**24.000**	**-**		

A variação no Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos no montante de R$87.898, foi registrada em contrapartida a débito do resultado do exercício em R$93.552 e a crédito no Patrimônio líquido de R$5.654.

9.2.1.1 Diferenças Temporárias

Com o advento da Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014, foi extinto os eventos decorrentes da Lei nº 11.638/07 - RTT, os quais passaram a incorporar a partir de 1º de janeiro de 2015 o mesmo tratamento fiscal nas adições e exclusões temporárias quanto a sua dedutibilidade ou não.

9.2.1.2 Provisão para Déficit Previdenciário - PSAP

O crédito fiscal advindo da Provisão para Déficit Previdenciário - PSAP, refere-se à parcela de benefícios excedente aos ativos relativos aos planos previdenciários do tipo Benefício definido, cuja provisão, em 31 de dezembro de 2001, foi efetuada em contrapartida ao Patrimônio líquido, dedutível por ocasião dos pagamentos mensais, com expectativa de finalização no exercício de 2017.

9.2.1.3 Crédito fiscal do ágio incorporado

O crédito fiscal do ágio é proveniente da incorporação, ocorrida no exercício de 2002, da parcela cindida da anterior controladora Enerpaulo - Energia Paulista Ltda., representada pelo ágio pago pela Enerpaulo na aquisição de ações da EDP Bandeirante, o qual foi contabilizado de acordo com as instruções CVM nºs 319/99 e 349/99 e conforme determinação da ANEEL. Está sendo amortizado pela curva entre a expectativa de rentabilidade da exploração e o prazo de concessão da Companhia, o que resulta em realização anual média do crédito fiscal de R$5.965 até o ano de 2027 (Nota 13.2.1.2).

9.2.2 Resultados tributáveis futuros

A projeção de resultados tributáveis futuros indica que a Companhia apresenta base de cálculo suficiente para recuperação do saldo integral dos créditos tributários nos exercícios como demonstrado.

A Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2015, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos fiscais diferidos nos exercícios indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração. Com base no estudo, a Companhia estima recuperar os créditos fiscais diferidos ativos nos seguintes exercícios.

2016	2017	2018	2019	2020	2021 a 2023	2024 a 2025	Total
37.742	91.123	25.583	6.816	6.790	172	102	168.328

Os valores contidos no intervalo de 2024 a 2025, além de diferenças temporárias, inclui ágio incorporado que irá se realizar até o término da concessão.

10 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para sua Controladora (Nota 20.3), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua Controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, são apresentados como segue:

	Relacionamento	Preço praticado (R$/MWh)	Duração	Ativo Circulante 31/12/2015	Ativo Circulante 31/12/2014	Ativo Não circulante 31/12/2015	Passivo Circulante 31/12/2015	Passivo Circulante 31/12/2014	Passivo Não circulante 31/12/2015	Passivo Não circulante 31/12/2014	Receitas (Despesas) Operacionais 2015	Receitas (Despesas) Operacionais 2014
Consumidores e concessionárias												
Ressarcimento por insuficiência de geração												
Porto do Pecém	Controle Comum		01/12/2012 a 31/12/2026	2.620	10.957	4.688	5.267				(3.626)	11.128
				2.620	**10.957**	**4.688**	**5.267**	**-**	**-**	**-**	**(3.626)**	**11.128**
Outros créditos e Outras contas a pagar												
Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos												
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/07/2012 até emissão de nova Resolução da ANEEL			10			113	208	(1.631)	(3.444)
EDP GRID	Controle Comum					18					18	
Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura												
EDP - Energias do Brasil	Controladora		29/07/2015 a 29/07/2019						350	288	(1.525)	(3.149)
Prestação de Serviços de Eficiência Energética												
EDP GRID	Controle Comum		01/01/2014 a 31/12/2016				502	133			(897)	(150)
				-	**-**	**28**	**502**	**133**	**463**	**496**	**(4.035)**	**(6.743)**
Fornecedores												
Suprimento de energia elétrica												
Enerpeixe	Controle Comum	219,29	01/10/2003 a 31/01/2016				21.831	19.323			(177.987)	(170.431)
Enerpeixe	Controle Comum	209,05	01/10/2003 a 31/01/2016				7.761	7.215			(66.922)	(64.189)
Porto do Pecém	Controle Comum	Custo fixo + Custo variável	01/01/2012 a 31/12/2026				4.937	4.500			(37.583)	(27.886)
Energest	Controle Comum	199,91	01/01/2008 a 31/12/2037				26	23			(208)	(194)
Investco	Controle Comum	160,55	01/08/2002 a 15/12/2032				167	136			(1.798)	(1.614)
Investco	Controle Comum	160,55	01/08/2005 a 15/12/2032				5	12			(38)	(151)
Lajeado	Controle Comum	198,18	01/01/2008 a 31/12/2037				2	1			(18)	(17)
Lajeado	Controle Comum	199,91	01/01/2009 a 31/12/2038				8	7			(82)	(77)
Lajeado	Controle Comum	186,15	01/01/2009 a 31/12/2038				32	29			(268)	(249)
Santa Fé	Controle Comum	212,18	01/01/2009 a 31/12/2038				54	47			(433)	(404)
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/01/2014 a 31/12/2015					22				(266)
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/01/2014 a 31/12/2015					2			(24)	(19)
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/01/2015 a 30/06/2015								(6.768)	
ECE Participações	Controle Comum	142,21	01/01/2015 a 31/12/2044				753				(6.085)	
Ressarcimento por insuficiência de geração												
Porto do Pecém	Controle Comum		01/12/2012 a 31/12/2026				5.267				(2.840)	(9.013)
				-	**-**	**-**	**40.843**	**31.317**	**-**	**-**	**(301.054)**	**(274.510)**
				2.620	**10.957**	**4.716**	**46.612**	**31.450**	**463**	**496**	**(308.715)**	**(270.125)**

Os contratos de compartilhamento entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos: Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos e Contratos de Compartilhamento dos serviços de Infraestrutura:

a) Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos: A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil S.A., controladora da Companhia, é responsável pela contratação dos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas.

A distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da *holding*, que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico, e sua apropriação são efetuadas em função das atividades realizadas para cada contraparte, por meio do controle de alocação de horas trabalhadas (*timesheet*).

Os Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos foram anuídos por meio do Despacho ANEEL nº 205, de 25 de janeiro de 2013.

O tema Compartilhamento de Recursos Humanos já foi objeto de estudos na Audiência Pública nº 041/2012, na Consulta Pública nº 12/2013 e na Audiência Pública nº 072/2014, cujo período de contribuições encerrou-se em 23 de fevereiro de 2015. Quando da publicação do resultado, as empresas terão um prazo para submeterem novo pedido de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura associada à anuência prévia, ficando o contrato atual vigente prorrogado até a deliberação da ANEEL.

b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: Em 14 de abril de 2011, a ANEEL por meio do Despacho nº 1.598 anuiu os Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura que têm por objeto a distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais e gastos de telecomunicações entre as empresas: (i) Sede em São Paulo - SP tendo como Contratada a EDP - Energias do Brasil e Contratantes a EDP Escelsa, EDP Bandeirante e Energest; (ii) Centro Operativo em Carapina - ES tendo como Contratada a EDP Escelsa e Contratantes a Energest, EnerPrev, Santa Fé, EDP GRID e EDP Renováveis; e (iii) Filial Energest - MS tendo como Contratada a Energest e Contratante a Pantanal. Estes contratos vigoraram de 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2014.

Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

Em 16 de janeiro de 2015 o Grupo EDP - Energias do Brasil solicitou à ANEEL anuência para firmar o novo "Contrato de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura" nas localidades: Sede em São Paulo - SP, tendo como Contratada a EDP - Energias do Brasil e Contratantes a EDP Escelsa, EDP Bandeirante e Energest; (ii) Centro Operativo em Carapina - ES, tendo como Contratada a EDP Escelsa e Contratantes a Energest, EnerPrev, Santa Fé, EDP GRID, Cachoeira Caldeirão, ECE Participações e Investco; e (iii) Filial Energest - MS, tendo como Contratada a Energest e Contratante a Pantanal.

Em 29 de julho de 2015, por meio do Despacho nº 2.430, a ANEEL anuiu o pedido, entretanto, a Companhia foi autorizada a realizar o compartilhamento a partir de agosto de 2015. Em 16 de setembro de 2015, o Grupo EDP - Energias do Brasil solicitou à ANEEL anuência para os Termos de Quitação e Outras Avenças, objetivando aprovar os pagamentos referentes ao período janeiro a julho, dos Contratos de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura, uma vez que foram anuídos sem retroatividade. O pedido encontra-se sob análise da ANEEL.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

Os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 28.2).

10.1 Controladora direta

A controladora direta da Companhia é a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.

10.2 Remuneração dos administradores

10.2.1 Remuneração total do Conselho de Administração e da Diretoria pagos pela Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro (em R$)

	2015 Conselho de Administração	2015 Proporção (%)	2015 Diretoria Estatutária	2015 Proporção (%)	2015 Total	2014 Proporção (%)	2014 Total	2014 Proporção (%)
Número de membros (i)	1,00 (*)		2,58 (**)		-		-	
Remuneração fixa (em R$)	**36.425**	**100%**	**1.122.266**	**64%**	**1.158.691**	**65%**	**1.781.660**	**78%**
Salário ou pró-labore	29.040		779.011		808.051		1.297.052	
Benefícios diretos e indiretos (ii)	1.577		130.892		132.469		141.971	
Encargos sociais	5.808		212.363		218.171		342.637	
Remuneração variável (em R$)	**n/a**		**630.139**	**36%**	**630.139**	**35%**	**515.587**	**22%**
Bônus	n/a		501.296		501.296		401.892	
Encargos sociais	n/a		128.843		128.843		113.695	
Valor total da remuneração	**36.425**	**100%**	**1.752.405**	**100%**	**1.788.830**	**100%**	**2.297.247**	**100%**

(n/a) = Não Aplicável

(*) Das 6 posições do Conselho de Administração efetiva, apenas 1 membro é remunerado. A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração é de até R$36.000,00, para o período de abril de 2015 a março de 2016, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 09 de abril de 2015.

(**) Das 7 posições da Diretoria, 3 membros atualmente são remunerados, sendo que o Diretor de Regulação acumula o cargo de Diretor de Gestão de Ativos e Administrativo. A remuneração anual global da Diretoria é de até R$2.420.000,00, para o período de abril de 2015 a março de 2016, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 09 de abril de 2015.

(i) O número de membros foi calculado em conformidade com o Ofício Circular/CVM/SEP/nº02/2015, que corresponde à média anual dos membros remunerados. Esta média contempla a substituição de membros.

(ii) Foram considerados os benefícios de Seguro Saúde, Assistência Odontológica, Seguro de Vida, Previdência Privada, Benefício de Risco, Vale Alimentação e Vale Refeição.

10.2.2 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária referente ao exercício findo em 31 de dezembro (em R$)

	2015 Conselho de Administração	2015 Diretoria Estatutária	2014 Conselho de Administração	2014 Diretoria Estatutária
Número de membros	1,00	2,58	1,00	5,00
Valor da maior remuneração individual	36.425	789.842	34.849	768.909
Valor da menor remuneração individual	36.425	554.137	34.848	259.200
Valor médio da remuneração individual	36.425	679.227	34.848	452.480

11 Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Circulante 31/12/2015	Circulante 31/12/2014	Não circulante 31/12/2015	Não circulante 31/12/2014
Depósitos judiciais	19	1.00	2.58	69.005	66.893
Cauções e depósitos vinculados		134	764	287	355
Total		**134**	**764**	**69.292**	**67.248**

12 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Nota	Circulante 31/12/2015	Circulante 31/12/2014	Não circulante 31/12/2015	Não circulante 31/12/2014
Outros créditos - Ativo					
Adiantamentos		6.736	2.264		
Descontos tarifários	12.1	28.333	38.797		
Modicidade tarifária - baixa renda	12.2			8.055	8.056
Bens destinados à alienação		2.917	2.917		
Serviços em curso		473	463		
Serviços prestados a terceiros		14.752	8.754	3.532	2.358
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	10			28	
Estoques	12.3	4.427	4.430		
Outros		1.887	706		
Total		**59.525**	**58.331**	**11.615**	**10.414**
Outras contas a pagar - Passivo					
Adiantamentos recebidos - alienação de bens e direitos		1.891	188		
Contribuição de iluminação pública	12.4	12.509	2.908		
Credores diversos - consumidores e concessionárias		13.956	12.407		
Folha de pagamento		154	1.759		
Modicidade tarifária - baixa renda	12.2	576	481	9.809	10.017
Cessão de créditos de ICMS		1.964	1.237		
Arrecadação de terceiros a repassar		1.818	1.741		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	10	502	133	463	496
Obrigações sociais e trabalhistas	12.5	32.063	23.782		
Reserva para reversão e amortização	12.6			17.248	17.248
Outros		9.831	9.272		
Total		**75.264**	**53.908**	**27.520**	**27.761**

12.1 Descontos tarifários

Refere-se a descontos aplicados a clientes nas tarifas de unidades consumidoras, conforme regulamentação da ANEEL, por meio de resoluções específicas. Os descontos são aplicados de acordo com a classificação da atividade de cada unidade consumidora e procuram contemplar residências de famílias com baixa renda inscritas no Cadastro Único do Governo Federal, estímulo à melhoria da produção agrícola, assim como descontos para serviços públicos essenciais, como é o caso das unidades de água, esgoto e saneamento.

Ao mesmo tempo em que determina o percentual de desconto a ser aplicado nos faturamentos mensais das unidades consumidoras, a regulamentação também estabelece o direito da Companhia de ser ressarcida dos respectivos montantes por meio do mecanismo da subvenção econômica, com recursos originários da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, a serem aportados pela Eletrobrás, conforme Lei nº 10.438/02.

A ANEEL homologou os valores a serem repassados da Eletrobrás para a Companhia, por meio das seguintes Resoluções Homologatórias:

Resolução Homologatória	Competências	Valor mensal
ANEEL nº 1.641/13	Dez/13 a Set/14	3.273
ANEEL nº 1.809/14	Out/14 a Fev/15	5.004
ANEEL nº 1.858/15	Mar/15 a Set/15	5.556
ANEEL nº 1.973/15	Out/15 a Set/16	4.921

Em decorrência do não repasse pela Eletrobrás, a Companhia promoveu em 18 de dezembro de 2014 ação ordinária contra a Eletrobrás, com pedido de antecipação de tutela, em trâmite perante à 3ª Vara Cível de Brasília, visando o recebimento dos valores devidos pela Eletrobrás, por meio do mecanismo da subvenção econômica e, subsidiariamente, a compensação entre os créditos a receber da Eletrobrás com as obrigações mensais a recolher da Companhia referente à CDE (Nota 18.1). O valor pendente de recebimento da Eletrobrás, até a data do protocolo da ação, era de R$23.099.

A ação foi proposta em 18 de dezembro de 2014 e, em 9 de janeiro de 2015, o pedido de liminar foi parcialmente deferido, autorizando somente a compensação entre créditos e débitos a partir da data do ajuizamento da ação. Com a liminar, a Companhia passou a compensar mensalmente os débitos da CDE com referidos créditos.

Em 29 de julho de 2015 foi proferida sentença confirmando os termos da liminar e determinando que a Eletrobrás pague às autoras os valores vencidos e não repassados até a data da propositura da ação, bem como aqueles que vencerão no curso do processo.

A Eletrobrás interpôs apelação contra a sentença em 28 de agosto de 2015, como a liminar obtida permanece vigente. Aguarda-se julgamento do recurso da Eletrobrás pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal - TJDF.

Estando pendentes de recebimento pela Eletrobrás os repasses das competências de agosto a novembro de 2014 no montante de R$16.554.

Segue abaixo a composição dos descontos tarifários:

	Saldo em 31/12/2014	Descontos tarifários	Atualização monetária	Ressarcimento Eletrobrás	Compensação Eletrobrás	Saldo em 31/12/2015
Subsídio Baixa Renda	2.143	15.458			(13.120)	4.481
Subsídio Carga Fonte Incentivada - Res. nº 77/2004	14.394	23.786	(69)	(2.480)	(26.634)	8.997
Subsídio Geração Fonte Incentivada - Res. nº 77/2004	491	660	(1)	(97)	(603)	450
Subsídio Rural	6.309	9.999	(32)	(1.152)	(10.828)	4.296
Subsídio Irrigante/Aquicultor - Res. nº 207/2006	39	33		(6)	(58)	8
Subsídio Água/Esgoto/Saneamento - Despacho nº 3.629/2011	9.494	17.578	(53)	(1.670)	(18.268)	7.081
Subsídio Distribuição - TUSD fio B	5.927	5.602	(16)	(1.141)	(7.352)	3.020
	38.797	**73.116**	**(171)**	**(6.546)**	**(76.863)**	**28.333**

12.2 Modicidade tarifária - baixa renda

Atendendo ao Termo de Notificação nº 1.091/05, pelo qual a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP, determinou a correção de critérios de cadastramento dos equipamentos de medição instalados em unidades consumidoras residenciais, alterando de bifásicas para monofásicas com efeito retroativo ao ano de 2002, a Companhia, nos períodos de 2008 e 2010, efetuou a revisão dos faturamentos na condição de residencial Baixa Renda, referente a valores a devolver aos consumidores faturados originalmente sem o respectivo desconto da tarifa social.

A restituição aos consumidores passou a ser efetuada a partir do faturamento de março de 2009, tendo sido restituído até 31 de dezembro de 2015 o montante de R$19.370 (R$19.258 em 31 de dezembro de 2014). O saldo a restituir aos consumidores em 31 de dezembro de 2015, de unidades consumidoras ativas e inativas, é de R$10.385 (R$10.498 em 31 de dezembro de 2014).

Como as restituições são realizadas mediante compensação nos faturamentos mensais, para os casos de unidades consumidoras inativas devem exigir medidas da Companhia com vistas a identificar a nova localização do cliente para efetuar a devolução.

Adicionalmente, a regulamentação prevê o direito da Companhia em reaver esses ressarcimentos aos consumidores, a título de subvenção econômica, líquidos dos referidos impostos e deduções previstas.

A Companhia possui um saldo a receber de R$8.055 em 31 de dezembro de 2015 (R$8.056 em 31 de dezembro de 2014), que se realizará à medida em que as devoluções aos consumidores forem efetuadas bem como validadas pela ARSESP e homologadas pela ANEEL.

12.3 Estoques

Refere-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da prestação dos serviços. Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão, estão classificados na rubrica de Intangível. Ambos os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

12.4 Contribuição de iluminação pública

Refere-se à Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - CIP que tem por finalidade os serviços de projeto, implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública. É cobrada dos consumidores, em conformidade com o estabelecido por lei municipal, arrecadada pelas distribuidoras e repassadas mensalmente às Prefeituras, conforme previsto no artigo 149-A da Constituição Federal.

O aumento de R$9.601 no exercício foi decorrente, principalmente, do fato de algumas prefeituras que não cobravam CIP passarem a fazê-lo em virtude da responsabilidade pelo acervo de Iluminação Pública ser transferida para tais entidades.

12.5 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão de férias, gratificação de férias e respectivos INSS e FGTS e participação nos lucros e resultados.

12.6 Reserva para reversão e amortização

Refere-se a recursos derivados da Reserva para reversão e amortização, constituída até 31 de dezembro de 1971 nos termos do regulamento do Serviço Público de Energia Elétrica - SPEE (Decreto Federal nº 41.019/57), aplicado pela Companhia na expansão do SPEE. Sobre o Fundo para reversão, são cobrados juros de 5% a.a. sobre o valor da reserva, pagos mensalmente. Sua eventual liquidação ocorrerá de acordo com determinações do Poder Concedente.

13 Ativo financeiro indenizável e Intangível

O CPC emitiu em 2009 com alterações posteriores, a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Deliberação CVM nº 677/11.

A ICPC 01 (R1) é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. Desta forma, esta interpretação é aplicável ao Contrato de Concessão da Companhia.

De acordo com a ICPC 01 (R1), os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação não podem ser reconhecidos como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, sendo reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, que são o modelo do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

• Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão.

• Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização da infraestrutura pelos usuários por meio da prestação de serviço.

• Modelo bifurcado

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão, cobrados dos usuários.

Como a Companhia é remunerada: (i) pelo Poder Concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão; e (ii) pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica, então, aplica-se o modelo bifurcado.

Os ativos de infraestrutura geridos por conta do Poder Concedente estão apresentados nos grupos de Ativo financeiro indenizável e Intangível (Notas 13.1 e 13.2), devido a implementação dos CPCs.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação dos ativos de infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

13.1 Ativo financeiro indenizável

A Companhia apresenta saldo no ativo não circulante referente a crédito a receber do Poder Concedente ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados, originados da bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1). Estes ativos financeiros são avaliados a valor justo com base no Valor Novo de Reposição - VNR dos ativos vinculados à concessão, revisado a cada quatro anos por meio do laudo de avaliação da Base de Remuneração Regulatória - BRR, conforme estabelecido no Contrato de concessão, atualizados de acordo com a Resolução Normativa nº 640, de 16 de dezembro de 2014, pelo IGP-M até 30 de abril de 2015. A partir dessa data, passa a ser atualizado pelo IPCA de acordo com a Resolução Normativa nº 686 de 23 de novembro de 2015. Estes ativos serão reversíveis ao Poder Concedente no final da concessão. Os efeitos da mensuração a valor justo são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

No mês de dezembro de 2015, conforme disposições legais da Resolução Normativa nº 396, de 23 de fevereiro de 2010, a Companhia efetuou a contabilização do Laudo de Avaliação dos Ativos aprovado no âmbito da 4ª Revisão Tarifária Periódica. O valor da Base de Remuneração Líquida dos ativos, conforme Nota Técnica nº 273/2015-SGT/ANEEL, de 16 de outubro de 2015, foram obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-base do terceiro ciclo e da atual revisão tarifária, denominado base incremental. O ajuste do valor justo comparado com aquele já registrado face ao último laudo aprovado e suas correspondentes adições e baixas à data dezembro de 2015, gerou uma mais valia na referida rubrica de R$81.938.
A movimentação no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2014	Transferência do ativo intangível	Valor justo	Baixas	Saldo em 31/12/2015
Ativo financeiro indenizável	345.948	75.357	102.696	(3.352)	520.649
	345.948	**75.357**	**102.696**	**(3.352)**	**520.649**

13.2 Intangível
Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição menos as despesas de amortização.
Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Deliberação CVM nº 672/11, que aprova o pronunciamento técnico CPC 20 (R1), os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no intangível em curso, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras. A taxa média mensal aplicada no exercício para determinar o montante dos encargos financeiros passíveis de capitalização foi de 1,05%, que representa a taxa efetiva do empréstimo.

13.2.1 Composição do intangível

		31/12/2015				31/12/2014			
	Nota	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Direito de concessão - Infraestrutura	13.2.1.1								
Em serviço		4,15	2.143.421	(1.351.534)	791.887	4,09	2.235.030	(1.287.810)	947.220
Em curso			111.999		111.999		(25.537)		(25.537)
Atividades não vinculadas à concessão									
Ágio - Incorporação de sociedade controladora	13.2.1.2	4,00	460.584	(250.042)	210.542	4,00	460.584	(232.093)	228.491
(-) Provisão para manutenção de dividendos		4,00	(460.584)	250.042	(210.542)	4,00	(460.584)	232.093	(228.491)
			2.255.420	**(1.351.534)**	**903.886**		**2.209.493**	**(1.287.810)**	**921.683**

13.2.1.1 Direitos de Concessão - Infraestrutura
Referem-se ao direito da concessionária de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura, originados da bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1). Estão registrados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável. A amortização é registrada pelo prazo remanescente da concessão.

13.2.1.2 Ágio - Incorporação de sociedade controladora
Refere-se à parcela cindida do ágio incorporado decorrente da aquisição de ações, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções à CVM nº 319/99 e nº 349/99 e ICPC 09 e, conforme determinado da ANEEL, está sendo realizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão da Companhia, consequentemente foi reconhecido um Crédito fiscal (Nota 9.2.1.3).

13.2.2 Mutação do intangível

	Nota	Valor líquido 31/12/2014	Adições	Juros capitalizados	Transferência para intangível em serviço	Transferência para ativo financeiro indenizável	Amortizações	Baixas	Valor líquido 31/12/2015
Intangível em serviço									
Direito de concessão - Infraestrutura		947.220			159.577	(75.071)	(91.399)	(16.208)	924.119
Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	21.1	-			(136.585)		4.353		(132.232)
Total do Intangível em serviço		**947.220**	**-**	**-**	**22.992**	**(75.071)**	**(87.046)**	**(16.208)**	**791.887**
Intangível em curso									
Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	21.1	(122.454)	(14.131)		136.585				-
Outros intangíveis em curso		96.917	175.716	1.731	(159.577)	(286)		(2.502)	111.999
Total do Intangível em curso		**(25.537)**	**161.585**	**1.731**	**(22.992)**	**(286)**	**-**	**(2.502)**	**111.999**
Total Intangível		**921.683**	**161.585**	**1.731**	**-**	**(75.357)**	**(87.046)**	**(18.710)**	**903.886**

A Companhia procede a testes de redução ao valor recuperável relativamente ao ativo da concessão anualmente ou sempre que eventos ou circunstâncias indiquem que o valor contábil excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida no Resultado.

14 Fornecedores

	Nota	Circulante 31/12/2015	Circulante 31/12/2014	Não circulante 31/12/2014
Suprimento de energia elétrica	14.1	328.132	301.700	1.211
Energia livre	14.2	43.421	38.338	
Encargos de uso da rede elétrica		24.820	29.559	
Operações CCEE	14.3	33.457	47.074	
Materiais e serviços		55.777	31.735	
Total		**485.607**	**448.406**	**1.211**

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

14.1 Suprimento de energia elétrica
O aumento nos valores a pagar referentes a Suprimento de energia elétrica em 31 de dezembro de 2015 decorre, principalmente, do preço da energia adquirida de Itaipu que passou de US$26,05 em 2014 para US$38,07 em 2015, influenciado também pela taxa cambial do dólar de R$3,90 em 31 de dezembro de 2015 (R$2,66 em 31 de dezembro de 2014).

14.2 Energia livre
A Energia livre refere-se a valores a pagar a geradoras de energia elétrica referente as perdas ocorridas no período de racionamento entre junho de 2001 a fevereiro de 2002, no qual ocorreu a comercialização de energia elétrica que não estava contratada. A Companhia passou a efetuar a restituição aos geradores a partir de fevereiro de 2003, com base nas regulamentações existentes à época.
A ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 387/09, alterou a metodologia de amortização dos saldos de Perda de Receita e Energia Livre passando a iniciar concomitantemente a partir de janeiro de 2002, limitada ao prazo máximo definido na Resolução ANEEL nº 1/04.

No Despacho ANEEL nº 2.517/10, foi divulgado o valor a ser liquidado entre os agentes de distribuição e geração, atualizados pela taxa SELIC mensal. Tal liquidação deveria ter ocorrido até 30 de setembro de 2010. Com o objetivo de suspender o referito ato, a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE, representando as distribuidoras do país, dentre elas a Companhia, impetrou Mandado de Segurança (Processo nº 91.2010.4.01.3400 - 15ª Vara Federal do Distrito Federal) com pedido de liminar que foi concedido.
Em 9 de maio de 2013, porém, foi proferida sentença julgando extinto o feito, sem resolução de mérito, pela inadequação da via eleita (Mandado de Segurança). Entretanto, os pagamentos por parte da Companhia permanecem suspensos, tendo em vista a interposição de recurso de apelação contra a referida sentença, à qual foi atribuída efeito suspensivo (suspensos, portanto, os efeitos da sentença desfavorável às distribuidoras).
Por oportuno, importante salientar que as distribuidoras, paralelamente, ajuizaram ação ordinária com o mesmo objetivo do Mandado de Segurança, porém tal demanda também foi extinta, sob o argumento de que já havia outro feito com as mesmas partes, mesmo pedido e mesmos fundamentos de fato e de direito (litispendência). Em face de tal decisão, também foi interposto recurso de Apelação ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o qual pende de julgamento.
O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC, tendo sido registrado no exercício de 2015 o valor de R$5.083 (R$3.767 em 2014) em contrapartida a despesa financeira (Nota 23).

14.3 Operações CCEE
O saldo refere-se às transações de energia comercializada e encargos no âmbito da CCEE.

15 Debêntures

15.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor nominal unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2015 Encargos Circulante	31/12/2015 Principal Circulante	31/12/2015 Principal Não circulante	31/12/2015 Total	31/12/2014 Encargos Circulante	31/12/2014 Principal Circulante	31/12/2014 Principal Não circulante	31/12/2014 Total
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	300	1.000	300.000	5ª emissão em 30/04/2014	a 30/04/2019	Alongamento da dívida e financiamento de capital de giro.	CDI + 1,39% a.a.	Principal semestral a partir de abril/2017 e juros semestral	11.943		300.000	311.943	6.248		300.000	306.248
(-) Custos de emissão				(2.413)					Amortização mensal			(1.410)	(1.410)			(2.012)	(2.012)
SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.	Instrução CVM nº 400/03	39.000	10	390.000	4ª emissão em 01/07/2010	a 01/07/2016	Recomposição de caixa ao pagamento de dívidas e ao financiamento de capital de giro.	CDI + 1,50% a.a.	Principal anual e juros semestral	7.393	156.000		163.393	19.753	156.000	156.000	331.753
(-) Custos de emissão				(2.676)					Amortização mensal		(54)		(54)		(268)	(54)	(322)
Total										**19.336**	**155.946**	**298.590**	**473.872**	**26.001**	**155.732**	**453.934**	**635.667**

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.
As debêntures não possuem garantias.

15.2 Mutação das debêntures no exercício

	Saldo em 31/12/2014	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Amortização do custo de transação	Saldo em 31/12/2015
Circulante						
Principal	156.000	(156.000)		156.000		156.000
Juros	26.001	(77.220)	70.555			19.336
Custo de transação	(268)			(656)	870	(54)
	181.733	**(233.220)**	**70.555**	**155.344**	**870**	**175.282**
Não circulante						
Principal	456.000			(156.000)		300.000
Custo de transação	(2.066)			656		(1.410)
	453.934	**-**	**-**	**(155.344)**	**-**	**298.590**

15.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante

Vencimento	
Circulante	
2016	175.282
	175.282
Não circulante	
2017	118.893
2018	119.738
2019	59.959
	298.590
Total	**473.872**

As emissões de Debêntures feitas pela Companhia não são conversíveis em ações. A 4ª emissão foi emitida de acordo com a Instrução CVM nº 400/03, ou seja, refere-se à oferta pública e a 5ª emissão foi emitida de acordo com a Instrução CVM nº 476/2009, no qual refere-se à oferta pública distribuída com esforços restritos.
As principais cláusulas prevendo a rescisão, nos contratos vigentes, estão descritas abaixo:
(i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação referente ao principal e/ou à Remuneração das Debêntures, não sanada em 2 dias úteis contados da data do inadimplemento;
(ii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente elidido pela Emissora no prazo legal;
(iii) decretação de falência da Emissora, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou autofalência formulado pela Emissora;
(iv) para a 4ª emissão: liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora ou de sua controladora direta;
(v) se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
(vi) perda da concessão para distribuição de energia elétrica;
(vii) transformação da Emissora em sociedade limitada;
(viii) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, exceto as previstas nas alíneas "a" a "g" do subitem "Hipóteses de Vencimento Antecipado" do item "Vencimento Antecipado", não sanada em 30 dias contados da data do inadimplemento;
(ix) vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias a que esteja sujeita a Emissora, no mercado local ou internacional em que o valor unitário ou cumulativo ultrapasse R$40.000, que possa, de forma comprovada, prejudicar o fiel cumprimento das obrigações da Companhia na Escritura de Emissão;
(x) para a 5ª emissão: protesto cambiário contra a Emissora que não tenha sido contestado de má fé em valor individual igual ou superior a R$75.000 e/ou não sanado em 30 dias, contados da sua intimação;
(xi) para a 5ª emissão: recebimento de notificação, pela Emissora, de sentença final transitada em julgado de natureza condenatória em ação judicial cujo valor, individualmente, seja superior a R$75.000, desde que tal sentença possa colocar em risco o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora;
(xii) cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma relevante de reorganização societária que implique na alienação do controle acionário da Emissora, conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto: (i) se a referida alienação for para outra empresa do mesmo grupo econômico da Emissora; ou (ii) tenha sido obtida anuência prévia de Debenturistas titulares de Debêntures que representem 2/3 das Debêntures em Circulação; ou
(iii) nas hipóteses de cisão, fusão e incorporação seja assegurado o direito previsto no parágrafo 1º do artigo 231 da Lei nº 6.404/76;
(xiii) distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório sempre que a Emissora estiver em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição e/ou nos demais documentos da Oferta; e
(xiv) descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Bruta/EBITDA Ajustado, não superior a 3,5 nas datas de apuração, quais sejam 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano para a 4ª Emissão e 31 de dezembro de cada ano para a 5ª Emissão.
Em Assembleia Geral de Debenturista da 4ª Emissão, realizada em 30 de abril de 2013, foi aprovada a alteração da definição de EBITDA para o cálculo dos índices financeiros presentes nas escrituras de emissão de debêntures da Companhia. O EBITDA ajustado significará "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais".
Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas previstas nos contratos de debêntures.

16 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

16.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	*Covenants*	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2015 Encargos Circulante	31/12/2015 Encargos Não circulante	31/12/2015 Principal Circulante	31/12/2015 Principal Não circulante	31/12/2015 Total	31/12/2014 Encargos Circulante	31/12/2014 Principal Circulante	31/12/2014 Principal Não circulante	31/12/2014 Total
Moeda nacional																		
Eletrobrás Reluz - ECF 2657/07	10.036	12/12/2007	9.919	30/05/2010 a 30/04/2015	Programa Reluz - Município de Guarulhos/SP		5% a.a. + 1,5% a.a. (tx.adm.)	Principal e Juros mensais	a. Notas Promissórias; b. Garantia em recebíveis.					-		667		667
Eletrobrás Reluz - ECF 2779/09	3.517	18/03/2010	2.651	30/08/2012 a 30/07/2017	Programa Reluz - Município de Guaratinguetá/SP		5% a.a. + 1,5% a.a. (tx.adm.)	Principal e Juros mensais	a. Notas Promissórias; b. Garantia em recebíveis.	23	548	320	891		20	548	868	1.436
Eletrobrás Reluz - ECF 2800/09	3.392	27/05/2010	2.506	30/07/2012 a 30/07/2017	Programa Reluz - Município de Mogi das Cruzes/SP		5% a.a. + 1,5% a.a. (tx.adm.)	Principal e Juros mensais	a. Notas Promissórias; b. Garantia em recebíveis.	24	525	306	855		21	525	831	1.377
Eletrobrás LPT - ECFS 019/04	11.523	28/05/2004	9.342	30/08/2006 a 30/07/2016	Programa Luz para Todos		5% a.a. + 1% a.a. (tx.adm.)	Principal e Juros mensais	a. Notas Promissórias; b. Garantia em recebíveis.		621		621			1.065	622	1.687
Eletrobrás LPT - ECFS 184/07	12.359	25/06/2007	11.015	30/11/2009 a 30/10/2019	Programa Luz para Todos		5% a.a. + 1% a.a. (tx.adm.)	Principal e Juros mensais	a. Notas Promissórias; b. Garantia em recebíveis.		1.314	3.722	5.036			1.315	5.035	6.350
Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário	98.627	21/02/2014	98.627	21/02/2014 a 01/07/2015	Financiamento para comercialização de energia elétrica para a atividade agropecuária.		101,15% do CDI	Principal e Juros em parcela única no final						-	9.230	98.627		107.857
(-) Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário - Custos de Transação		21/02/2014		21/02/2014 a 01/07/2015										-		(763)		(763)
BNDES - BB/CALC	200.369	29/01/2009	141.271	17/02/2010 a 17/06/2019	Programas de investimentos nos segmentos de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica.	Dívida bruta em relação ao EBITDA Ajustado(ii) menor ou igual a 3,5.	4,5% a.a. e de 1,81% a 3,32% a.a. acima da TJLP	Principal e Juros mensais	a. Garantia Corporativa da EDP - Energias do Brasil; b. Depósito caucionado.	148		23.881	19.772	43.801	201	23.815	43.527	67.543
BNDES - FINEM	296.785	28/12/2014	234.569	28/12/2014 a 16/12/2024	Programa de investimentos de 2013 a 2015	Dívida bruta em relação ao EBITDA Ajustado(ii) menor ou igual a 3,5.	TJLP a TJLP + 3,05% a.a., TR(iii) + 3,05% a.a., e Pré de 6,00% a.a.	Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal. Principal e juros anuais	a. Depósitos caucionados; b. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil.	1.180	6.741	11.481	229.436	248.838				-
Citibank N.A. - Cédula de Câmbio	150.000	29/05/2015	150.000	29/05/2015 a 29/05/2019	Alongamento da dívida e financiamento de capital de giro.	Dívida bruta em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5.	85% do CDI + 1,19% a.a.	Principal anual a partir de maio/2018 e Juros trimestrais	Nota Promissória	1.636			150.000	151.636				-
(-) Custo de transação		29/05/2015	(434)	29/05/2015 a 29/05/2019									(422)	(422)				-
										3.011	**6.741**	**38.370**	**403.134**	**451.256**	**9.472**	**125.799**	**50.883**	**186.154**
Moeda estrangeira																		
Citibank N.A. - Cédula de câmbio	USD 20.259	04/09/2015	USD 20.259	04/09/2015 a 04/09/2019	Alongamento da dívida e financiamento de capital de giro.	Dívida bruta em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5.	Libor 3M + 1,84% a.a.	Principal anual a partir de setembro/2018 e Juros trimestrais	Nota Promissória	159			79.877	80.036				-
										159	**-**	**-**	**79.877**	**80.036**	**-**	**-**	**-**	**-**
Derivativos																		
Citibank N.A.		04/09/2015		04/09/2015 a 04/09/2019	*Hedge* frente ao financiamento do Banco Citibank		*Swap* Libor 3M + 1,84% a.a. para CDI + 1,20% a.a.	Conforme fluxo de amortização de principal e juros da dívida protegida.		617			(2.596)	(1.979)				-
										617	**-**	**-**	**(2.596)**	**(1.979)**	**-**	**-**	**-**	**-**
Total										**3.787**	**6.741**	**38.370**	**480.415**	**529.313**	**9.472**	**125.799**	**50.883**	**186.154**

(i) O EBITDA Ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais";
(ii) O EBITDA Ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais" e com outras rúbricas não operacionais que tenham efeito no caixa; e
(iii) Equivalerá ao resultado da interpolação linear das taxas internas de retorno observadas no mercado secundário das Notas do Tesouro Nacional Série B (NTN-B).

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

O empréstimo em moeda estrangeira e o respectivo *Swap* estão mensurados a valor de mercado.

16.2 Mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício

	Saldo em 31/12/2014	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Ajuste a valor de mercado	Amortização do custo de transação	Variação monetária	Saldo em 31/12/2015
Circulante									
Principal	126.562		(126.583)		38.233			158	38.370
Juros	9.472		(35.163)	28.866				(5)	3.170
Custo de transação	(763)				(11)		774		-
Swap	-		(2.212)	2.824				5	617
	135.271	**-**	**(163.958)**	**31.690**	**38.222**	**-**	**774**	**158**	**42.157**
Não circulante									
Principal	50.883	459.569			(38.233)	769		10.445	483.433
Juros	-			6.539				202	6.741
Custo de transação	-	(433)			11				(422)
Swap	-					1.512		(4.108)	(2.596)
	50.883	**459.136**	**-**	**6.539**	**(38.222)**	**2.281**	**-**	**6.539**	**487.156**

16.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos)

Vencimento	Tipo de moeda Nacional	Tipo de moeda Estrangeira	Total
Circulante			
2016	41.381	776	42.157
	41.381	**776**	**42.157**
Não circulante			
2017	58.692		58.692
2018	115.828	38.641	154.469
2019	112.937	38.640	151.577
2020	35.600		35.600
2021 até 2025	86.818		86.818
	409.875	**77.281**	**487.156**
Total	**451.256**	**78.057**	**529.313**

17 Benefícios pós-emprego
A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores.
Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12, a contabilização dos passivos oriundos de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para a mensuração dos planos do tipo benefício definido, a Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no exercício em que ocorrem integralmente no resultado, na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.
As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

		Circulante		Não circulante
	Nota	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2014
PSAP/Bandeirante	17.1.1.1		21.607	5.991
Contribuição definida	17.1.2	159	88	
		159	**21.695**	**5.991**

17.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão
17.1.1 Planos de Benefício definido e Contribuição variável
Estruturado na modalidade "Saldado, Benefício definido e Contribuição variável" sob gestão da EnerPrev - Previdência Complementar do Grupo EDP - Energias do Brasil e cadastrado no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios - CNPB na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.
O plano possui as seguintes características:
(i) Plano PSAP Bandeirante - Grupo de Custeio BSPS: Corresponde aos benefícios proporcionais dos empregados, calculados com base no tempo de serviço até março de 1998, enquanto esteve vigente. Possui a característica do tipo Benefício definido, que concede Benefício saldado, na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano, apuradas pelo atuário da EnerPrev, é da Companhia.
A Companhia possui um compromisso, decorrente de déficit atuarial calculado pelo atuário da EnerPrev conforme diretrizes da Resolução CGPC nº 26/2008, que está sendo liquidado financeiramente em 240 meses com base em percentual sobre a folha de salários, contados a partir de setembro de 1997, podendo ser revisado semestralmente para assegurar a liquidação do saldo no período acima. As premissas atuariais utilizadas pela Companhia atendem ao disposto no CPC 33 (R1) enquanto que as premissas atuariais utilizadas pela EnerPrev atendem a Resolução CGPC nº 18/2006 e Instrução Previc nº 7/2013.
(ii) Plano PSAP Bandeirante - Grupos de Custeio BD e CV:
• Grupo de Custeio BD - vigente após 31 de março de 1998: Plano do tipo Benefício definido, que concede renda vitalícia reversível em pensão, relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998, na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e de entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusive o acumulado até 31 de março de 1998) e, portanto, não incluem apenas o tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano, apuradas pelo atuário da EnerPrev, é paritária entre a Companhia e os participantes.
• Grupo de Custeio CV: Implantado junto com a modalidade BD vigente após 31 de março de 1998 que, até a concessão da renda (vitalícia ou financeira), reversível (ou não) em pensão, é do tipo Contribuição variável, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo Benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial à Companhia. O participante pode escolher também a opção de renda financeira, não gerando, neste caso, responsabilidade atuarial para a Companhia.
Apesar da avaliação atuarial apurada pelos atuários independentes contratados pela Companhia realizada na data-base 31 de dezembro de 2015 ter demonstrado que nos Planos do tipo Benefício definido o valor presente das obrigações atuariais, líquido do valor justo dos ativos, apresenta-se superavitário, o saldo não foi registrado em decorrência da restrição no reconhecimento desse ativo, de acordo com o CPC 33 (R1), por não estar assegurada a efetiva redução das contribuições da patrocinadora ou a reversão de valores no futuro.
17.1.1.1 Avaliação atuarial
Uma série de premissas podem ter sua realização diferente do cálculo na avaliação atuarial da Companhia devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições do plano ou da legislação aplicável a planos de previdência.
As obrigações do plano são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos do governo do tipo NTN-B. Desta forma, caso a rentabilidade dos ativos do plano seja diferente da rentabilidade da NTN-B, haverá um ganho ou perda atuarial aumentando ou diminuindo o déficit/superávit atuarial deste benefício.
As práticas de investimento do plano se pautam pela busca e manutenção de ativos líquidos e dotados de rentabilidade necessária para cumprir estas obrigações no curto, médio e longo prazos, mantendo um equilíbrio entre os ativos e os compromissos do passivo com o objetivo de gerar uma liquidez compatível com o crescimento e a proteção do capital, visando garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as necessidades ditadas pelos fluxos atuariais futuros.
Está demonstrada a seguir a movimentação do PSAP no exercício:

		2015				2014		
	Nota	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrições de reconhecimento do ativo	Ativo (Passivo) reconhecido	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	(Passivo) reconhecido
Saldo inicial reconhecido		**(622.304)**	**594.706**		**(27.598)**	**(550.181)**	**550.181**	**-**
Custo do serviço corrente		951			951	1.211		1.211
Custo dos juros	23	(73.922)	72.002		(1.920)	(64.133)	65.183	1.050
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL	20.5	29.387	(28.535)	(17.481)	(16.629)	(45.416)	(4.317)	(49.733)
Contribuições pagas pela Companhia			45.196		45.196		19.874	19.874
Contribuições pagas pelos empregados		(3.116)	3.116		-	(2.117)	2.117	-
Benefícios pagos pelo plano		38.196	(38.196)		-	38.332	(38.332)	-
Saldo final reconhecido		**(630.808)**	**648.289**	**(17.481)**	**-**	**(622.304)**	**594.706**	**(27.598)**

As contribuições da Companhia esperadas para este plano durante o exercício de 2016 são de R$51.644.
Os vencimentos do plano de benefício, calculado na avaliação atuarial, considera o seguinte fluxo futuro de pagamentos de benefício para os próximos 10 anos:

Vencimento	PSAP
Circulante	
2016	40.597
	40.597
Não circulante	
2017	44.354
2018	47.762
2019	51.733
2020	55.591
2021 a 2025	344.124
	543.564
Total	**584.161**

Os efeitos da revisão da avaliação atuarial reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes são:

	2015	2014
Custo do serviço		
Custo do serviço corrente	1.300	1.393
Custo dos juros	1.920	(1.050)
Contribuições esperadas dos empregados	(2.251)	(2.604)
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado	**969**	**(2.261)**
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido		
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em despesa financeira líquida)	28.535	4.317
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas demográficas		508
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência	(9.224)	26.849
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas financeiras	(20.163)	18.059
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	17.481	
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	**16.629**	**49.733**
Total	**17.598**	**47.472**

O saldo de perda atuarial líquido de Imposto de renda e Contribuição social em 31 de dezembro de 2015 é de R$16.226 (R$5.251 em 31 de dezembro de 2014), registrados em contrapartida de Outros resultados abrangentes (Nota 20.5).
As principais classes de ativos do plano estão segregadas conforme a seguir:

Classe de ativo	Mercado ativo	2015	2014
Títulos de dívida	Cotado	81,12%	80,68%
Ações	Cotado	17,20%	17,33%
Imóveis	Cotado	0,24%	0,28%
Outros	Não cotado	1,44%	1,71%
Total		**100,00%**	**100,00%**

Este plano tem a seguinte composição de participantes:

	2015	2014
Participantes ativos	540	563
Participantes assistidos		
Com benefícios diferidos	120	123
Aposentados e pensionistas	775	739
	895	**862**
Total	**1.435**	**1.425**

A análise de sensibilidade decorrente de risco de variação na taxa de desconto e na tábua de mortalidade é expressa a seguir, considerando apenas a alteração nas hipóteses mencionadas em cada linha:

Análise de sensibilidade	Valores do PSAP
Pressupostos centrais	631.077
Taxa de desconto	
Aumento na taxa de desconto em 0,5%	(32.591)
Redução na taxa de desconto em 0,5%	35.809
Mortalidade	
Se os membros do plano fossem um ano mais novo do que sua idade real	5.959

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial foram as seguintes:

Econômicas	2015	2014
Taxa de desconto - nominal	12,75% a.a.	12,25% a.a.
Crescimentos salariais futuros	7,82%	6,34%
Crescimento dos planos de benefícios	5,50% a.a.	5,50% a.a.
Inflação	5,50% a.a.	5,50% a.a.
Demográficas		
Tábua de mortalidade	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Light Forte	Light Forte

17.1.2 Contribuição definida
A Companhia oferece 2 planos de contribuição definida:
(i) Plano administrado pela EnerPrev, sendo que os colaboradores realizam contribuições básicas de até 5% do salário mensal, e a empresa aporta 100% desse valor como contribuição normal. Os colaboradores também podem optar pela contribuição voluntária de até 5% do salário mensal, sem o aporte da patrocinadora; e
(ii) Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) aberto e administrado pelo Bradesco Vida e Previdência sendo que o colaborador pode contribuir com até 2% do salário mensal, e a empresa aporta 100% desse valor como contribuição normal. O participante também pode optar pela contribuição voluntária de até 2% do salário mensal, sem aporte da patrocinadora.
Para ambos os planos a adesão não é obrigatória e, caso haja interesse, o colaborador deve se manifestar. Adicionalmente estes planos não geram qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia.
Na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribuiu no exercício com R$1.202 (R$1.091 em 2014).
Em 31 de dezembro de 2015 esse plano tem a adesão de 490 colaboradores (450 em 31 de dezembro de 2014).

18 Encargos setoriais
As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	Nota	Saldo em 31/12/2014	Adições	Atualização monetária	Pagamentos	Ressarcimento CCRBT	Saldo em 31/12/2015
Conta de desenvolvimento energético - CDE	18.1 e 21	6.066	914.341		(817.121)		103.286
Encargos tarifários (ECE/EAEEE)		3.053			(17)		3.036
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética (P&D e PEE)	18.2 e 21	15.508	36.395	2.922	(29.575)		25.250
Bandeiras tarifárias	7, 18.3 e 21	-	431.766		(90.712)	(317.543)	23.511
Outros encargos		469	4.411	875	(5.403)		352
Total		**25.096**	**1.386.913**	**3.797**	**(942.828)**	**(317.543)**	**155.435**
Circulante		21.026					149.690
Não circulante		4.070					5.745
Total		**25.096**					**155.435**

18.1 Conta de desenvolvimento energético - CDE
Refere-se aos valores a repassar à Eletrobrás, anuídos pela ANEEL, conforme demonstrado abaixo:

	Montante total	Valor cota mensal	Competência
Resolução Homologatória - ANEEL nº 1.857/2015			
CDE - Encargos de uso	771.685	10.298	Janeiro e Fevereiro de 2015
CDE - Encargos de uso		75.109	Março a Dezembro de 2015
CDE - Energia	99.637	8.303	Março de 2015 a Fevereiro de 2016
Resolução Homologatória - ANEEL nº 1.863/2015			
CDE - Energia	1.053.375	19.875	Outubro de 2015 a Fevereiro de 2020

O aumento expressivo no valor da quota mensal teve como objetivo a recomposição do fundo da CDE face os repasses efetuados pelo mesmo às distribuidoras de energia no período de janeiro de 2013 a dezembro de 2014 em função da conjuntura hidrológica desfavorável e de seus impactos no equilíbrio econômico e financeiro das concessionárias.
Parte dos recursos para os pagamentos das quotas foram provenientes da RTE concedida à Companhia em 27 de fevereiro de 2015, aplicados às tarifas de energia de 02 de março de 2015 a 22 de outubro de 2015 (Notas 4.1.2 e 7).
18.2 Pesquisa e desenvolvimento - P&D e Programa de eficiência energética - PEE
Os valores das obrigações a serem aplicadas nos programas de P&D e PEE registrados pela Companhia, são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio das Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até setembro de 2012, alterada pela Resolução Normativa nº 504/12, e os programas de PEE são regulamentados por meio das Resoluções nº 300/08, aplicada até maio de 2013, alterada pela Resolução Normativa nº 556/13. O saldo líquido em 31 de dezembro de 2015 no montante de R$25.250 (R$15.508 em 31 de dezembro de 2014) contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes à esses programas.
18.3 Bandeiras tarifárias
Refere-se aos valores a repassar à CCRBT, gerida pela CCEE (Nota 4.1.1). O saldo é composto pela diferença entre os valores faturados líquidos de ICMS e valores estimados não faturados, a título de Bandeiras tarifárias, deduzidos de parte dos sobrecustos de energia e encargos.

19 Provisões

		Circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	19.1	13.540	8.396	102.274	88.441
Total		**13.540**	**8.396**	**102.274**	**88.441**

As Provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.
19.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas
A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.
As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.
19.1.1 Risco de perda provável
A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo							Ativo	
			Baixas					Depósito judicial	
	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualizações monetárias	Reclassificação	Saldo em 31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014
Trabalhistas	23.880	8.000	(7.644)	(5.926)	1.871	8	20.189	5.002	6.915
Cíveis	49.161	8.825	(7.561)	(3.873)	12.462	(8)	59.006	16.721	20.313
Fiscais	4.510	20	(303)	(3.612)	58		673		
Outros	19.286	13.536	(3.365)		6.489		35.946		
Total	**96.837**	**30.381**	**(18.873)**	**(13.411)**	**20.880**	**-**	**115.814**	**21.723**	**27.228**
Circulante	8.396						13.540		
Não circulante	88.441						102.274	21.723	27.228
Total	**96.837**						**115.814**	**21.723**	**27.228**

19.1.1.1 Trabalhistas
Referem-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e equiparação salarial.
19.1.1.2 Cíveis
Referem-se, principalmente, a pedidos de restituição dos valores pagos a título de majoração tarifária, efetuados pelos consumidores industriais em decorrência da aplicação das Portarias DNAEE nº 38/86 e nº 45/86 - Plano Cruzado, que vigoraram de fevereiro a novembro daquele ano. Os valores originais estão atualizados de acordo com a sistemática praticada no âmbito do Poder Judiciário. O saldo em 31 de dezembro de 2015 é de R$37.605 (R$33.020 em 31 de dezembro de 2014), destacando-se:
• Processo nº 2000.001.127615-0, em trâmite na 10ª Vara Cível do Foro Central da Comarca do Rio de Janeiro, movido pela White Martins que discute a existência de reflexos decorrentes da vigência das Portarias nºs 38/86 e 45/86 do extinto DNAEE, nas tarifas de consumo de energia elétrica, relativo ao período de setembro de 2000 em diante. No mês de abril de 2010, a Companhia cumpriu determinação judicial de substituição da garantia processual existente, de carta-fiança por depósito bancário no montante de R$60.951 e em junho de 2011 foi efetuado o complemento do depósito judicial no valor de R$10.627. A Companhia apresentou diversas manifestações e recursos visando a suspensão da execução do montante, bem como para reverter a determinação de desconto do percentual de 16,66% nas faturas mensais da White Martins, até que, em 8 de junho de 2011, foi autorizado o levantamento, em pagamento, do valor de R$60.951 depositado inicialmente, sem prestação de caução. No dia 10 de junho de 2011, a White Martins realizou o levantamento do referido depósito atualizado monetariamente no montante de R$66.072. Não obstante o levantamento do referido depósito, permanece depositado judicialmente o montante de R$11.361, havendo ainda recursos pendentes perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e no Superior Tribunal de Justiça - STJ discutindo a questão. O registro contábil foi efetuado de forma a apresentar a redução do depósito judicial contra uma redução da provisão constituída para esta contingência. O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2015 é de R$23.828 (R$19.859 em 31 de dezembro de 2014).
19.1.1.3 Fiscais
A Companhia possui processos relativos à exigência de ICMS na conta de energia cujo o saldo em 31 de dezembro de 2015 é de R$673 (R$4.285 em 31 de dezembro de 2014). No exercício foi efetuado a revisão com análise individualizada dessas contingências, tendo sido revertido o montante de R$3.612, mantendo apenas o valor decorrente da ação judicial na qual a Companhia é responsável.
O saldo relativo ao processo administrativo que discute a utilização de crédito de ICMS, com origem no estorno de débito de notas fiscais canceladas foi quitado, não havendo saldo em 31 de dezembro de 2015 (R$225 em 31 de dezembro de 2014). Esse pagamento foi realizado com o aproveitamento dos benefícios do Programa Especial de Parcelamento, instituido pela Fazenda Estadual de São Paulo.
19.1.1.4 Outros
Referem-se, principalmente, a autos de infração editados pela ANEEL ou outros órgãos reguladores que encontram-se em fase de recurso pela Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2015 é de R$13.062 (R$7.995 em 31 de dezembro de 2014).
Dentre os valores provisionados, destaca-se o montante de R$7.209 relativo a penalidades estabelecidas pela ANEEL, por meio dos autos de infração nºs AI - 002/2014-SFF, de 27 de agosto de 2014 e AI-012/2014, de 26 de agosto de 2014, referentes a Fiscalização do ativo imobilizado em serviço e Fiscalização da Base de Remuneração do Terceiro Ciclo de Revisão Tarifária, respectivamente. Em 15 de setembro de 2014 foi protocolado o Recurso Administrativo junto à Superintendência de Fiscalização Econômica Financeira - SFF/ANEEL e, atualmente, aguarda o juízo de reconsideração por parte da SFF.
19.1.2 Risco de perda possível
Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

			Ativo	
			Depósito judicial	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Trabalhistas	23.190	18.240	150	1.174
Cíveis	369.764	231.847	3.120	2.611
Fiscais	646.261	500.623	13.732	11.489
Outros	6.588	10.886		
Total	**1.045.803**	**761.596**	**17.002**	**15.274**

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível, destacamos as seguintes ações:
19.1.2.1 Cíveis
• Processo nº 2006.209.009405-0, em trâmite na 7ª Vara Cível do Foro Central da Comarca do Rio de Janeiro, movido pela White Martins, que discute a existência de reflexos decorrentes da vigência das Portarias nºs 38/86 e 45/86 do extinto DNAEE, nas tarifas de consumo de energia elétrica, relativo ao período de dezembro de 1986 a setembro de 2000. Em 23 de setembro de 2011, foi proferida sentença desfavorável à Companhia julgando procedente o pedido da parte autora, acrescido de correção monetária e juros de mora, a partir de 1º de junho de 2011. Contra tal decisão, a Companhia interpôs recurso de apelação, ao qual foi dado parcial provimento para o fim de limitar a condenação da Companhia ao período de vigência da Portaria nº 153/86 (vigente até março/87). Em face da referida decisão, a Companhia e a White Martins interporam recursos perante o Superior Tribunal de Justiça. Em 02 de junho de 2015 foram julgados os recursos interpostos pelas partes. A decisão de 3º Instância foi favorável à Companhia. A White Martins interpôs recurso, que aguarda julgamento. O valor estimado em 31 de dezembro de 2015 é de R$129.439 (R$107.878 em 31 de dezembro de 2014).
• Ação civil pública nº 26725-92.2009.4.01.3800, em trâmite na 3ª Vara Federal Cível de Belo Horizonte, movida pela Associação de Defesa de Interesses Coletivo - ADIC, que pleiteia indenização por danos materiais em razão de reajuste tarifário (Parcela "A"). Nesta demanda, foi proferida decisão que determinou a exclusão das concessionárias do polo passivo da ação, sendo mantida tão somente a ANEEL. O processo encontrava-se suspenso até que, em 27 de novembro de 2013, o STJ considerou o Juízo da 3ª Vara Federal Cível de Belo Horizonte como competente para julgar todas as demandas coletivas que discutem a questão da Parcela "A". O valor estimado em 31 de dezembro de 2015 é de R$86.475 (R$69.228 em 31 de dezembro de 2014).
• Mandado de segurança nº 0002173-26.2014.4.01.3400, em trâmite na 22ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, impetrado por Santo Antônio Energia S.A. - SAESA contra ato da Diretoria da ANEEL, objetivando suspender as obrigações de recomposição de lastro e potência e de pagamento dos encargos pelo uso do sistema de transmissão, bem como a aplicação de eventuais penalidades pelo descumprimento do cronograma. Em 26 de fevereiro de 2014 foi deferido em parte o pedido de antecipação de tutela, que gerou impactos às distribuidoras de energia. Em face da referida decisão, a Companhia, por meio da ABRADEE, ajuizou o pedido de suspensão da decisão perante o STJ, que foi deferido. Atualmente aguarda-se decisão de recurso. O valor estimado em 31 de dezembro de 2015 é de R$12.201 (R$9.767 em 31 de dezembro de 2014).
Adicionalmente, a SAESA propôs ação contra a ANEEL com pedido de liminar para não aplicação, durante o período de motorização da UHE Santo Antônio, do Mecanismo de Redução de Energia Assegurada - MRA. A liminar não foi concedida em primeira instância. Em sede de agravo, o TRF deferiu o pedido de antecipação de tutela formulado pela SAESA, conferindo efeito retroativo, que passou a ter eficácia desde o início de março de 2012. A Companhia e a ANEEL protocolaram junto ao STJ, pedidos de Suspensão de Liminar que foi deferido suspendendo a mesma. Em 18 de março de 2015 o recurso proposto pela SAESA foi rejeitado pela corte especial do STJ. Atualmente aguarda-se decisão de recurso. O valor estimado em 31 de dezembro de 2015 é de R$5.285 (R$4.231 em 31 de dezembro de 2014).
• A Companhia acompanha ação judicial em que um agente do setor requer o reconhecimento pela ANEEL de causas excludentes de responsabilidade por atrasos no cronograma de suas obras. Em maio de 2015 foi proferida sentença: (i) reconhecendo as causas excludentes elencada pelo autor; (ii) determinando à ANEEL que adeque o cronograma de obras; e (iii) declarando inexigíveis quaisquer penalidades. A manutenção dos efeitos proferida nessa sentença, implicaria em um impacto financeiro na Companhia, no valor estimado em 31 de dezembro de 2015 de R$84.473.
Por meio da ABRADEE, as Distribuidoras propuseram demanda judicial a fim de assegurar: (i) o não cumprimento de quaisquer decisões judiciais cujas relações processuais não fizeram parte; e (ii) a não incidência de quaisquer sanções em virtude do não pagamento, na liquidação financeira do valor correspondente aos efeitos das referidas decisões judiciais. Atualmente aguarda-se decisão dos recursos propostos pelo autor.
19.1.2.2 Fiscais
• Discussão na esfera administrativa sobre créditos de ICMS utilizados pela Companhia no período de julho a dezembro de 2003, referente a valores de "Anulação/Devolução de Venda de Energia Elétrica" no montante atualizado em 31 de dezembro de 2015 de R$129.999 (R$122.767 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento. O valor em risco sofre acréscimo expressivo em razão dos critérios de atualização da Lei Estadual nº 13.918/09.
• Discussão administrativa relativa à utilização de crédito de ICMS, com origem no estorno de débito de notas fiscais canceladas, no valor atualizado até 31 de dezembro de 2015 de R$24.086 (R$23.230 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento.
• Discussão judicial decorrente de Execução Fiscal ajuizada pela União Federal, objetivando a cobrança de CSLL, relativa ao ano-calendário de 2009, que foi compensada com saldo de base negativa de CSLL de exercícios anteriores, acumulada pela empresa cindida AES Eletropaulo, que envolve o montante atualizado em 31 de dezembro de 2015 de R$34.461.
• Discussão judicial decorrente de Execução Fiscal que engloba débitos resultantes de reescrituração de ICMS relativos aos períodos de 2008, 2009 e 2013, que envolve o montante atualizado em 31 de dezembro de 2015 de R$253 (R$26.071 em 31 de dezembro de 2014). A Procuradoria da Fazenda Estadual cancelou a cobrança indevida de alguns débitos, o que resultou na redução do valor da contingência.
• Discussão administrativa no montante atualizado aproximado até 31 de dezembro de 2015 de R$187.236 (R$179.672 em 31 de dezembro de 2014), referentes às compensações não homologadas de créditos decorrentes de pagamento a maior efetuados em 2001 com relação ao IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, em consequência da aplicação do Parecer COSIT 26/02 (impostos sobre RTE).
• Medida judicial relativa à COFINS do período de 1993 a 1995, em litisconsórcio com AES Eletropaulo. A questão versa sobre o direito ao aproveitamento da anistia trazida pelas Medidas Provisórias nºs 1858-6 e 1858-8, concedida aos contribuintes que deixaram de recolher tributos por entendê-los indevidos. No julgamento de 2ª Instância, foi confirmado parcialmente o direito à anistia, excluindo-se a parcela atinente aos encargos do Decreto-Lei nº 1.025/69. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2015 é de R$70.516 (R$68.501 em 31 de dezembro de 2014). Atualmente o processo aguarda julgamento de Recurso nos Tribunais Superiores.
• Autuações de Prefeitura que exige o pagamento de multa por suposto descumprimento de obrigações acessórias relacionadas à instalação de postes de energia elétrica bem como taxas de fiscalização de obras em logradouros públicos e preço público. O valor da contingência em 31 de dezembro de 2015 é de R$165.057 (R$49.139 em 31 de dezembro de 2014). Deste montante R$108.000 trata-se do Mandado de Segurança que a Companhia ajuizou para discutir as cobranças de preço público sobre o uso de vias públicas, emitidas pelo município de Guarulhos em agosto de 2015. O judiciário deferiu liminar em favor da Companhia, assegurando o direito de discutir o débito sem apresentação de garantia.
19.1.3 Risco de perda remota
Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento cuja perda foi estimada como remota e, para estas ações, o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2015 é de R$30.280 (R$24.391 em 31 de dezembro de 2014).
Considerando o disposto no item 86 do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia não necessita efetuar o detalhe das suas contingências classificadas como remotas. Entretanto, pelo fato gerador do principal estar a decorrer, sem perspectiva de término no médio prazo e dada a materialidade do saldo, a Companhia entende que deve proceder à divulgação das ações mencionadas abaixo.
19.1.3.1 Trabalhistas
No dia 4 de agosto de 2015, por meio do julgamento do processo de arguição de inconstitucionalidade nº 479-60.2011.5.04.0231, o Pleno do Tribunal Superior do Trabalho decidiu que os débitos trabalhistas devem ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. O índice será utilizado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT para a tabela de atualização monetária da Justiça do Trabalho (Tabela Única).
Desta forma, o índice de correção desses débitos, que era a Taxa Referencial - TR, passa a ser o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E.
O novo índice deve ser aplicado em todas as ações trabalhistas que envolvem entes públicos e privados que discutem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009, que ainda não foram executadas ou houve o trânsito em julgado. Referida mudança resultaria em um aumento significativo na atualização monetária das provisões trabalhistas da Companhia. Em 14 de outubro de 2015, o Ministro do Supremo Tribunal Federal - STF deferiu liminar para suspender os efeitos da decisão proferida pelo TST.
A Companhia com base em parecer jurídico entende que essa alteração de atualização monetária para o período de junho de 2009 a 3 de agosto de 2015 é avaliada como risco de perda remota.
19.1.3.2 Fiscais
A Companhia, por meio do Sindicato da Indústria da Energia no Estado de São Paulo - SindiEnergia, ajuizou em 21 de janeiro de 2011 dois Mandados de Segurança Coletivos contra a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, visando a suspensão dos efeitos dos Decretos nºs 55.421/10 e 55.867/10. Ambos os processos possuem sentenças favoráveis, confirmadas até o momento em julgamento de recurso de apelação pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Em 13 de maio de 2013, a Fazenda Estadual interpôs recursos aos Tribunais Superiores, os quais aguardam julgamento. O valor estimado em 31 de dezembro de 2015, nos termos dos Decretos, é de R$311.738 (R$223.771 em 31 de dezembro de 2014).

20 Patrimônio líquido
20.1 Capital social
O Capital social em 31 de dezembro de 2015 é de R$596.669 (R$339.628 em 31 de dezembro de 2014) e está representado por 39.091.735.037 ações ordinárias, sem valor nominal, integralmente detidas pela EDP - Energias do Brasil.
Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 29 de dezembro de 2015, o aumento de capital da Companhia no valor de R$257.041, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização da Reserva de capital (Nota 20.4.1).
As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.
A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.
20.2 Destinação do lucro
As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	31/12/2015
Lucro líquido apurado no exercício	261.967
Constituição da reserva legal - 5%	(13.098)
	248.869
Destinação do lucro	**248.869**
Dividendos intermediários - JSCP	63.296
Dividendos complementares	8.416
Lucros retidos a deliberar	177.157

20.3 Dividendos
A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.
Durante o 1º trimestre, o Conselho de Administração da Companhia aprovou em reuniões realizadas nos dias 09 de fevereiro, 03 de março e 26 de março de 2015, a antecipação e pagamento dos dividendos e JSCP de 2014 nos montantes de R$20.000, R$20.000 e R$18.199, respectivamente. Os montantes foram ratificados na Assembleia Geral Ordinária - AGO realizada em 09 de abril de 2015.
Na AGO também foram deliberados dividendos adicionais no montante de R$64.551, pagos em 13 de agosto de 2015.
Em 19 de outubro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia havia aprovado a distribuição de parcela de lucros retidos no montante de R$75.000, como Dividendos extraordinários, uma vez que a mencionada parcela cumpriu o objetivo para o qual foi constituída, não mais se justificando a manutenção da retenção deste valor, bem como aprovaram o encaminhamento da presente matéria à Assembleia Geral da Companhia para aprovação, entretanto, a Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 08 de dezembro de 2015, aprovou o pagamento de dividendos extraordinários, a débito da conta de Reserva de Retenção de Lucros, no valor de R$50.000, pago no mês de dezembro de 2015.
Em 21 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de JSCP do exercício de 2015 no montante bruto de R$63.296, sendo R$53.801 líquido de Imposto de renda, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia na data de pagamento a ser deliberada.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos no exercício:

	31/12/2014	Dividendo adicional aprovado	Dividendos complementares	JSCP	Pagamentos	31/12/2015
Passivo						
EDP - Energias do Brasil	58.199	114.551		8.416 53.801	(172.750)	62.217
	58.199	**114.551**		**8.416 53.801**	**(172.750)**	**62.217**

20.4 Reservas

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Reservas de capital	20.4.1		
Doações e subvenções para investimento			177.342
Incentivos fiscais			787
Ágio na incorporação de sociedade controladora	13.2.1.2	77.687	156.599
		77.687	**334.728**
Reservas de lucros			
Legal		81.023	67.925
Retenção de lucros	20.4.2	217.175	162.175
Lucros retidos a deliberar	20.2 e 20.4.3	177.157	169.551
		475.355	**399.651**

20.4.1 Reservas de capital
Conforme Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 29 de dezembro de 2015, houve a capitalização da Reserva de Capital no valor de R$257.041.

20.4.2 Retenção de lucros
A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.
Em 09 de abril de 2015, a AGO deliberou a constituição de reserva de retenção de lucros no montante de R$105.000 com a finalidade de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado.
Em 08 de dezembro de 2015 a AGE, aprovou reversão da Reserva de Retenção de Lucros, no valor de R$50.000 para pagamento de dividendos extraordinários.

20.4.3 Lucros retidos a deliberar
Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e poderá ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.
Do saldo em 31 de dezembro de 2014 de R$169.551, R$64.551 foram distribuídos como dividendos adicionais (Nota 20.3) e R$105.000 foram transferidos para a Reserva de Retenção de Lucros (Nota 20.4.2). Ambos os montantes foram deliberados na AGO realizada em 09 de abril de 2015.

20.5 Outros resultados abrangentes
Referem-se à contabilização de passivos oriundos de Benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12 e regras estabelecidas no CPC 33 (R1), deduzido do respectivo Imposto de renda e Contribuição social diferidos.
A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2014	Ganhos	Perdas	Provisão IRPJ/CSLL	Saldo em 31/12/2015
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	(7.955)	29.387	(46.016)		(24.584)
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	2.704			5.654	8.358
	(5.251)	**29.387**	**(46.016)**	**5.654**	**(16.226)**

21 Receita
O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:
(i) As receitas de operações com energia elétrica e de serviços prestados são reconhecidas no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e concessionárias é efetuado mensalmente, de acordo com o calendário de leitura e contratos de fornecimento, respectivamente;
(ii) A energia fornecida e não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do balanço, é estimada e reconhecida como receita não faturada;
(iii) O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo intangível em formação (Direito de concessão - Infraestrutura), não sendo incorporada margem nesta atividade de construção assim classificada conforme a aplicação da ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida à Custo com construção da infraestrutura em igual montante (Nota 22);
(iv) A receita de ativos financeiros setoriais é reconhecida mensalmente pela diferença entre os custos pertencentes à "Parcela A" efetivamente incorridos no resultado, daqueles reconhecidos na receita de operações com energia elétrica previstos na tarifa vigente pela ANEEL. Inclui os valores a cobrar dos consumidores referente à incidência de PIS e COFINS, sobre esta receita; e
(v) A receita de Subvenção é reconhecida quando da efetiva aplicação de descontos nas tarifas de unidades consumidoras beneficiadas por subsídios governamentais (Nota 12.1) pela diferença entre a tarifa de referência da respectiva classe de consumo daquela efetivamente aplicada a consumidores beneficiários desses subsídios.

	Nota	Nº de consumidores (*) 2015	2014	MWh (*) 2015	2014	R$ 2015	2014
Fornecimento - Faturado							
Residencial		1.625.456	1.573.472	3.548.841	3.632.814	1.283.307	828.955
Industrial		12.300	12.468	2.367.321	2.618.229	895.300	632.713
Comercial		120.558	117.712	2.286.662	2.283.583	842.151	538.533
Rural		8.002	8.014	82.571	88.487	19.887	12.572
Poder público		9.122	9.056	321.958	340.980	116.185	79.163
Iluminação pública		3.070	2.923	328.538	326.686	73.347	42.255
Serviço público		1.382	1.370	272.518	295.131	88.589	58.718
Consumo próprio		162	172	6.417	5.578		
		1.780.052	**1.725.187**	**9.214.826**	**9.592.488**	**3.318.766**	**2.192.909**
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - Faturado							
Consumidores cativos							
Residencial						922.496	628.929
Industrial						369.721	209.322
Comercial						461.630	281.094
Rural						12.113	8.547
Poder público						61.058	38.064
Iluminação pública						49.141	33.423
Serviço público						36.230	20.046
Consumidores livres		174	173	5.363.111	5.812.185	803.173	522.390
		174	**173**	**5.363.111**	**5.812.185**	**2.715.562**	**1.741.815**
Suprimento - Faturado		2	2	44.622	46.917	3.344	3.158
Energia de curto prazo				1.187.083	220.327	345.513	106.454
(-) Transferências	21.1						
(-) Transferência para obrigações especiais AIC - Ultrapassagem Demanda						(8.928)	(10.452)
(-) Transferência para obrigações especiais AIC - Excedente de reativos						(29.496)	(24.071)
						(38.424)	**(34.523)**
Não faturado							
Fornecimento						51.054	26.479
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição						54.665	16.165
						105.719	**42.644**
Receitas de ativos financeiros setoriais	7						
CVA						920.228	169.091
Itens financeiros - RTE	4.1.2					(395.540)	
Itens financeiros - Outros						(49.545)	135.572
PIS/COFINS						15.424	46.316
						490.567	**350.979**
Receita de construção	22					161.585	138.189
Serviços cobráveis						7.352	4.603
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	12.1					73.116	64.529
Arrendamentos e aluguéis						38.867	37.647
Outras receitas operacionais						9.765	7.653
Receita operacional bruta		**1.780.228**	**1.725.362**	**15.809.642**	**15.671.917**	**7.231.732**	**4.656.057**
(-) Deduções à receita operacional							
Tributos sobre a receita							
ICMS						(1.319.676)	(915.731)
PIS/COFINS						(654.989)	(415.631)
ISS						(324)	(210)
Encargos do consumidor		**-**	**-**	**-**	**-**	**(1.974.989)**	**(1.331.572)**
P&D e PEE	18.2					(36.395)	(25.811)
CDE	18.1					(914.341)	(67.584)
PROINFA - Consumidores Livres						(32.432)	(32.440)
Bandeiras tarifárias - CCRBT	18.3 e 4.1.1					(431.766)	
Outros encargos						(4.411)	
		-	**-**	**-**	**-**	**(1.419.345)**	**(125.835)**
Receita		**1.780.228**	**1.725.362**	**15.809.642**	**15.671.917**	**3.837.398**	**3.198.650**

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

21.1 Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente
A ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 463/11, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por Ultrapassagem de Demanda e consumo de Energia Reativa Excedente, a partir da revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisões tarifárias, no caso da Companhia, a partir de 23 de outubro de 2011, seriam contabilizados como Obrigações especiais em curso, anteriormente registrado como Receita operacional. Por ocasião do 4º ciclo de revisões tarifárias o valor de R$136.585, acumulado nessa subconta até a data do laudo de avaliação dos ativos em abril de 2015, foi transferido para a situação de "Em serviço" em Obrigações especiais, passando a receber o tratamento usual da contrapartida da depreciação dos respectivos ativos alocados como investimentos originários dessas Obrigações especiais.
Não obstante a essa determinação, a Companhia, por meio da ABRADEE, contestou judicialmente o tratamento dessas receitas.
No dia 08 de fevereiro de 2012, a antecipação de tutela requerida pela ABRADEE na Ação Ordinária nº 003357.85.2012.4.01.3400, em curso junto à 6ª Vara da JFDF, foi integralmente concedida. A decisão judicial foi no sentido de: a) suspender o tratamento das receitas de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos constantes dos §§ 9 a 11 do item 3.1.1 ("Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo") do item 3.1 ("Receitas Inerentes ao Serviço de Distribuição") do Submódulo 2.7 ("Outras Receitas") anexo à Resolução Normativa ANEEL nº 463/11; b) suspender a determinação de contabilização em separado dessas receitas como se obrigações especiais fossem; e c) deferir tutela de caráter inibitório para determinar que a ANEEL abstenha-se de praticar qualquer ato tendente a exigir cumprimento das referidas disposições (o que impede a adoção de medidas outras destinadas a produzir o mesmo efeito).
Em 19 de junho de 2012, o TRF-1 concedeu efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento interposto pela ANEEL, pelo que foi suspensa a antecipação de tutela originalmente concedida em primeiro grau e, com isso, restabeleceu-se a eficácia da Resolução Normativa ANEEL nº 463/11. A ANEEL interpôs Agravo de Instrumento em face da decisão que deferiu a produção de prova pericial. No referido agravo, após decisão que negou seguimento ao recurso, a ANEEL interpôs agravo regimental, ainda pendente de julgamento.
Em primeira instância, foi proferido despacho em 21 de janeiro de 2015 suspendendo os autos até julgamento do agravo interposto pela ANEEL.
Na opinião dos assessores jurídicos, a probabilidade de perda dessa ação é possível, no entanto, a Companhia efetuou no exercício o registro contábil no montante de R$38.424 (R$34.523 em 2014), a débito da rubrica de Receita de fornecimento, sendo R$14.131 em contrapartida à Obrigações especiais, obrigação esta apresentada no âmbito do ICPC 01 como retificadora do Intangível e do Ativo financeiro indenizável e R$24.293 em contrapartida à Ativos e passivos financeiros setoriais (Nota 7).

22 Gastos operacionais
Os Gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.
A Companhia apresenta os gastos operacionais por função na Demonstração de resultados, conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76. É apresentado a seguir o detalhamento por natureza do gasto, conforme requerido pelo CPC 26.

		2015						2014
		Custo do serviço			Despesas operacionais			
	Nota	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total
Não gerenciáveis									
Energia elétrica comprada para revenda									
Moeda estrangeira - Itaipu	14.1	652.965						652.965	319.378
Moeda nacional		1.973.965						1.973.965	2.002.996
Ressarcimento CDE/CCEE/CONER		(30.656)						(30.656)	(365.684)
Encargos de uso da rede elétrica		215.956						215.956	209.034
Taxa de fiscalização								-	3.480
		2.812.230	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.812.230**	**2.169.204**
Gerenciáveis									
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada (i)			107.236	134		53.330		160.700	148.998
Material			5.983	719		6.415		13.117	12.256
Serviços de terceiros			82.275	1.838		63.302		147.415	144.838
Depreciação			1.062			60		1.122	23
Amortização			79.821			3.054		82.875	87.626
PCLD/perdas líquidas					38.509			38.509	19.699
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	19.1.1						16.970	16.970	9.914
Aluguéis e arrendamentos			259			5.824		6.083	6.748
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens							24.800	24.800	47.482
Valor justo do ativo financeiro indenizável	13.1						(102.696)	(102.696)	11.411
Custo com construção da infraestrutura	21			161.585				161.585	138.189
Outras			27.607			11.118	249	38.974	26.077
		-	**304.243**	**164.276**	**38.509**	**143.103**	**(60.677)**	**589.454**	**653.261**
Total		**2.812.230**	**304.243**	**164.276**	**38.509**	**143.103**	**(60.677)**	**3.401.684**	**2.822.465**

(i) Em atendimento às melhores práticas do mercado, conforme o Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE da BM&FBovespa, apresentamos o investimento em treinamento da Companhia que é dividido em: desenvolvimento de lideranças; desenvolvimento de projetos corporativos; treinamentos e seminários técnicos e comportamentais; bolsas de estudo; e desenvolvimento de idiomas. Do valor total em 2015 de R$160.700 da rubrica de Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada, R$522 (R$1.665 em 2014) referem-se a treinamentos.

23 Resultado financeiro

	Nota	2015	2014
Receitas financeiras			
Renda de aplicações financeiras e cauções		9.035	20.253
Variação monetária e acréscimo moratório da energia vendida		53.477	47.281
Atualização monetária depósitos judiciais		2.146	1.765
Atualização sobre os ativos/passivos financeiros setoriais	7	34.187	536
Variações monetárias moeda estrangeira			1.504
Juros e multa sobre impostos	8	1.770	1.031
Ajustes a valor presente	6.1	5.484	4.558
(-) PIS/COFINS sobre Receitas financeiras		(1.862)	
Outras receitas financeiras		10.634	7.785
		114.871	**84.713**
Despesas financeiras			
Variação monetária e acréscimo moratório da energia comprada	23.1	(27.762)	(6.250)
Juros e multa sobre impostos			(190)
Encargos de dívidas		(106.868)	(84.989)
Variações monetárias moeda nacional		(7.403)	(320)
Variações monetárias moeda estrangeira		(4.102)	
Operações de *Swap* e *hedge*		(1.002)	(2.986)
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais, trabalhistas e outros	19.1.1	(20.880)	(19.165)
Variação monetária - Energia Livre	14.2	(5.083)	(3.767)
Benefícios pós-emprego	17.1.1.1	(2.062)	
(-) Juros capitalizados	13.2.2	1.731	5.931
Outras despesas financeiras		(11.309)	(11.957)
		(184.740)	**(123.693)**
Total		**(69.869)**	**(38.980)**

23.1 Variação monetária e acréscimo moratório da energia comprada
A variação apresentada na rubrica é proveniente, substancialmente, da variação cambial pela compra de energia de Itaipu que é comercializada em Dólar. No exercício de 2015 o Dólar apresentou a cotação média de R$3,34, enquanto que no exercício de 2014, esta cotação média era de R$2,35.

24 Imposto de renda e Contribuição social
O Imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.
As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

	2015	2014
Lucro antes do IRPJ e CSLL	365.845	337.205
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	**(124.387)**	**(114.650)**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Doações	(359)	(395)
Perdas indedutíveis	(774)	857
Juros sobre o capital próprio	21.521	11.435
Outras	(89)	(731)
Outros		
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos		
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior		6.535
Outras	210	
Despesa de IRPJ e CSLL	**(103.878)**	**(96.949)**
Alíquota efetiva	28,39%	28,75%

25 Resultado por ação
O resultado básico por ação da Companhia para os exercícios apresentados é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.
No exercício de 2015, a Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2015	2014
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	261.967	240.256
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	39.091.735	39.091.735
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	0,00670	0,00615

26 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos
A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.
Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.
A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

26.1 Instrumentos financeiros
Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.
Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.
Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.
A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem.

26.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros
Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento
Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado
Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial, e se a Companhia gerencia os investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis
São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

• Instrumentos disponíveis para venda
São designados nesta categoria os ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores.

• Outros ao custo amortizado
São designados para essa categoria os ativos e passivos financeiros cujo o registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de recebimento.

	Nota	Níveis	31/12/2015 Valor justo	31/12/2014 Valor justo	31/12/2015 Valor contábil	31/12/2014 Valor contábil
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa	5					
Aplicações financeiras		Nível 2	63.996	46.688	63.996	46.688
Disponível para venda						
Ativo financeiro indenizável	13.1	Nível 3	520.649	345.948	520.649	345.948
Ativos financeiros setoriais	7	Nível 2	498.676	351.515	498.676	351.515
Ativos mantidos até o vencimento						
Cauções e depósitos vinculados	11		421	1.119	421	1.119
Empréstimos e recebíveis						
Caixa e equivalentes de caixa	5					
Bancos conta movimento			237.947	235.749	237.947	235.749
Consumidores e concessionárias	6		865.728	571.725	865.728	571.725
Outros créditos - Partes relacionadas	12		28		28	
			2.187.445	**1.552.744**	**2.187.445**	**1.552.744**
Passivos financeiros						
Outros ao custo amortizado						
Fornecedores	14		485.607	449.617	485.607	449.617
Debêntures	15		484.445	635.667	473.872	635.667
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16					
Moeda nacional			447.693	186.226	451.256	186.154
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	12		965	629	965	629
Valor justo por meio do resultado						
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16	Nível 2				
Moeda estrangeira			80.036		80.036	
Derivativos			(1.979)		(1.979)	
Passivos financeiros setoriais	7	Nível 2	27.797		27.797	
			1.524.564	**1.272.139**	**1.517.554**	**1.272.067**

26.1.2 Valor justo
Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.
Algumas operações com instrumentos financeiros da Companhia apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo em função desses valores possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No caso dos Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, de acordo com o CPC 12, não é aplicável a técnica de ajuste a valor presente a contratos com o BNDES decorrente destes contratos possuírem características próprias.
Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&FBovespa, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.
As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro:
(i) Debêntures, Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (moeda estrangeira), líquidos de Derivativos: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

26.1.3 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros
A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:
(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.
A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia classificados como valor justo por meio do resultado e disponíveis para venda, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso a informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

26.2 Gestão de riscos
A política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

26.2.1 Risco de mercado
O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.
Os Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas e Debêntures captados pela Companhia apresentados nas notas 15 e 16, possuem como contraparte a Eletrobrás, os agentes fiduciários Pentágono S.A. e SLW Corretora e os bancos BNDES, Banco do Brasil e Citibank. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possui risco de mercado associado à TJLP, CDI e IPCA.
Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações.
A Companhia possui exposições à variação cambial em Dólar e juros associados à Libor-3M atreladas a dívidas em moeda estrangeira, entretanto, possui derivativos de *swaps* com o objetivo de *hedge* econômico, para controlar todas as exposições à variação cambial e juros para essas obrigações.
Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida e Debêntures diferem do seu valor contábil.

26.2.1.1 Análise de sensibilidade
Em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/09, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 2/11 e Instrução CVM nº 475/08, a Companhia efetua avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.
As análises de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.
No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

		Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Operação	**Risco**	**Até 1 ano**	**2 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Provável**	**Aumento do risco em 25%**	**Aumento do risco em 50%**	**Redução do risco em 25%**	**Redução do risco em 50%**
Aplicação financeira - CDB	CDI	3.824			3.824	956	1.912	(956)	(1.912)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	3	3		6				
Instrumentos financeiros ativos	**CDI**	**3.827**	**3**	**-**	**3.830**	**956**	**1.912**	**(956)**	**(1.912)**
Debêntures	CDI	(54.811)	(66.186)		(120.997)	(26.385)	(52.328)	26.854	54.202
Empréstimos e financiamentos - CCB	CDI	(20.182)	(39.281)		(59.463)	(12.650)	(24.980)	12.993	26.351
Instrumentos financeiros passivos	**CDI**	**(74.993)**	**(105.467)**	**-**	**(180.460)**	**(39.035)**	**(77.308)**	**39.847**	**80.553**
Swap - Ponta Passiva - Citibank N.A.	CDI	(11.971)	(29.059)		(41.030)	(9.517)	(19.034)	9.157	19.034
Instrumentos financeiros derivativos	**CDI**	**(11.971)**	**(29.059)**	**-**	**(41.030)**	**(9.517)**	**(19.034)**	**9.157**	**19.034**
		(83.137)	**(134.523)**	**-**	**(217.660)**	**(47.596)**	**(94.430)**	**48.048**	**97.675**
Empréstimos e financiamentos - BNDES e CALC	TJLP	(6.938)	(12.429)	(814)	(20.181)	(2.099)	(5.771)	2.099	5.771
Instrumentos financeiros passivos	**TJLP**	**(6.938)**	**(12.429)**	**(814)**	**(20.181)**	**(2.099)**	**(5.771)**	**2.099**	**5.771**
Citibank N.A.	Dólar								
Principal	Dólar		(77.640)		(77.640)	(97.051)	(116.461)	(58.230)	(38.820)
Encargos	Dólar	(2.698)	(7.284)		(9.982)				
Instrumentos financeiros passivos	**Dólar**	**(2.698)**	**(84.924)**	**-**	**(87.622)**	**(97.051)**	**(116.461)**	**(58.230)**	**(38.820)**
Swap - Ponta Ativa - Citibank N.A.	Dólar	2.698	84.924		87.622	97.051	116.461	58.230	38.820
Instrumentos financeiros derivativos	**Dólar**	**2.698**	**84.924**	**-**	**87.622**	**97.051**	**116.461**	**58.230**	**38.820**
		-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos - BNDES e CALC	IPCA	(11.490)	(24.759)	(3.944)	(40.193)	(6.643)	(13.286)	6.643	13.286
Instrumentos financeiros passivos	**IPCA**	**(11.490)**	**(24.759)**	**(3.944)**	**(40.193)**	**(6.643)**	**(13.286)**	**6.643**	**13.286**
Citibank N.A. - Encargos	Libor	(2.693)	(7.280)		(9.973)	(701)	(1.876)	1.650	2.826
Instrumentos financeiros passivos	**Libor**	**(2.693)**	**(7.280)**	**-**	**(9.973)**	**(701)**	**(1.876)**	**1.650**	**2.826**
Swap - Resultado - Citibank N.A.	Libor	2.693	7.280		9.973	701	1.876	(1.650)	(2.826)
Instrumentos financeiros derivativos	**Libor**	**2.693**	**7.280**		**9.973**	**701**	**1.876**	**(1.650)**	**(2.826)**
		-	-	-	-	-	-	-	-

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI, TJLP, IPCA, Dólar e Libor - 3M estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.
Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 10,75% e 15,75% a.a.; IPCA entre 4,23% e 10,30% a.a.; TJLP em 6,00% e 7,50% a.a; Libor-3M entre 0,22% e 0,73%; e Dólar entre R$4,05 e R$4,22.

26.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre as debêntures e empréstimos captados pela Companhia são apresentados nas notas 15 e 16.
A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.
Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5), Consumidores e concessionárias (Nota 6), Ativo financeiro indenizável (Nota 13.1) e Ativos financeiros setoriais (Nota 7). A Companhia, em 31 de dezembro de 2015, tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Consumidores e concessionárias, os saldos apresentados compreendem um fluxo estimado para os recebimentos. Para Ativo financeiro indenizável, o saldo apresentado corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ao final da concessão e está mensurado pelo valor novo de reposição. Os Ativos financeiros setoriais serão homologados pelo Poder Concedente e recebidos por meio da tarifa nos próximos reajustes ou revisões tarifárias.
Os riscos de liquidez atribuídos às rubricas de Empréstimos, financiamentos e Debêntures referem-se a Juros futuros e, consequentemente, não contabilizados, encontram-se demonstrados na nota 28.1.
A matriz energética brasileira é predominantemente hídrica e um período prolongado de escassez de chuva reduz o volume de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas, ocasionando, além de um risco de racionamento de energia, um aumento no custo de aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação nos valores de encargos de sistema elétrico em decorrência do aumento do despacho das usinas termoelétricas, gerando maior necessidade de caixa e consequentemente de aumentos tarifários futuros para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão.
A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2015, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	2015						2014
	Até 1 mês	**De 1 a 3 meses**	**De 3 meses a 1 ano**	**De 1 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Total**	**Total**
Passivos financeiros							
Fornecedores	398.887	40.844	45.876			485.607	449.617
Outras contas a pagar - Partes relacionadas			502	463		965	629
Debêntures			175.282	298.590		473.872	635.667
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas			41.540	402.934	86.818	531.292	186.154
Derivativos			617	(2.596)		(1.979)	-
Passivos financeiros setoriais				8.107	19.690	27.797	-
	398.887	**40.844**	**263.817**	**707.498**	**106.508**	**1.517.554**	**1.272.067**

26.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de financiamento com cláusulas restritivas (*Covenants),* normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índice financeiro.
Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente nas notas 15 e 16. Até 31 de dezembro de 2015 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 28.2) para as rubricas de Empréstimos, financiamentos e Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento. Para a rubrica de Compra de Energia, as garantias estão vinculadas, em sua maioria, aos recebíveis da Companhia, passíveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nestes recebíveis.

26.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Consumidores e concessionárias, Cauções e depósitos vinculados, entre outras.
No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros e esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais. Os contratos de concessão de distribuição priorizam o atendimento abrangente do mercado, sem que haja qualquer exclusão das populações de baixa renda e das áreas de menor densidade populacional.
O atendimento e aceite ao novo consumidor cativo dentro da área de atuação da concessionária que presta o serviço na região é regra integrante do contrato de concessão.
Para a distribuição de energia elétrica o instrumento financeiro capaz de expor a Companhia ao risco de crédito é o Contas a receber de consumidores. As regras para composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa atendem à fundamentação disposta pelo regulador e premissas aprovadas pela Administração da Companhia.
A pulverização da venda de energia elétrica a essa base consumidora atribui menor volatilidade aos recebimentos da Companhia, pode-se levar em face a composição de 9,16% de estimativas de não realização dos créditos conforme nota 6.
A principal ferramenta na mitigação do risco de não realização dos ativos financeiros é a suspensão do fornecimento de energia elétrica aos consumidores inadimplentes. Anterior a essa etapa a Companhia realiza métodos tradicionais de cobrança por meio de cobranças administrativas, notificações na fatura, entre outras. A Companhia oferece diversos canais de atendimento para facilitar o contato com o consumidor, dentre elas, *call centers*, lojas de atendimento presencial e internet.
Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.
Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.
As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.
A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

26.2.4 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro, não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares e sempre será liquidado em data futura. Somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.
Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do exercício.
A Companhia contratou instrumento financeiro derivativo classificado como *Swap,* registrado por meio de seu valor justo com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial e da taxa de juros Libor do financiamento contratado junto ao Banco Citibank.
Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a informação sobre instrumentos financeiros derivativos deve compreender a razão do objeto protegido, o valor justo do instrumento, impacto nos resultados da Companhia durante o exercício, assim como características principais do objeto contratado. Esse detalhamento é demonstrado no quadro abaixo:

Descrição	**Contraparte**	**Início**	**Vencimento**	**Posição**	**Nocional USD 31/12/2015**	**Nocional USD 31/12/2014**	**Nocional R$ 31/12/2015**	**Nocional R$ 31/12/2014**	**Valor justo 31/12/2015**	**Valor justo 31/12/2014**	**Efeitos no Resultado 2015**	**Efeitos no Resultado 2014**
Swap												
Ativo	Banco Goldman Sachs	09/02/2012	20/02/2018	Libor 6M + 1,275 % a.a. 93,40% do CDI								(922)
Passivo												2.064
Ativo	Citibank N.A.	04/09/2015	04/09/2019	Libor 3M + 1,84% a.a.	20.259		75.000		80.036		1.429	
Passivo				CDI + 1,20% a.a.					78.057		2.431	
									1.979	**-**	**(1.002)**	**(2.986)**

27 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.
No exercício a Companhia realizou as seguintes transações: (i) constituição de dividendos no valor de R$62.217; (ii) capitalização de juros de empréstimos e financiamentos ao intangível no valor de R$1.731; e (iii) aumento de capital social com capitalização de reservas no valor de R$257.041. Todas estas atividades não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa.

28 Compromissos contratuais e Garantias

28.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, e estão apresentados por maturidade de vencimento.
Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

	31/12/2015					31/12/2014
	2016	**2017 a 2018**	**2019 a 2020**	**A partir de 2021**	**Total geral**	**Total geral**
Responsabilidades com locações operacionais	2.655	1.615			4.270	1.256
Obrigações de compra						
Compra de energia	1.878.325	3.760.544	3.584.870	14.453.354	23.677.093	18.317.238
Encargos de conexão e transporte de energia	178.755	415.157	392.304	1.263.591	2.249.807	2.161.596
Materiais e serviços	504.328	309.275	119.802	2.335	935.740	730.121
Juros vincendos de empréstimos, financiamentos e debêntures	99.366	120.135	20.797	5.298	245.596	157.261
	2.663.429	**4.606.726**	**4.117.773**	**15.724.578**	**27.112.506**	**21.367.472**

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2015, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2015					31/12/2014
	2016	**2017 a 2018**	**2019 a 2020**	**A partir de 2021**	**Total geral**	**Total geral**
Responsabilidades com locações operacionais	2.235	1.416			3.651	1.192
Obrigações de compra						
Compra de energia	1.590.968	3.407.924	3.765.277	26.111.531	34.875.700	31.338.821
Encargos de conexão e transporte de energia	178.732	471.425	516.937	2.067.747	3.234.841	5.304.419
Materiais e serviços	424.548	269.585	112.836	2.445	809.414	700.495
Juros vincendos de empréstimos, financiamentos e debêntures	11.424	8.479	3.976	814	24.693	169.672
	2.207.907	**4.158.829**	**4.399.026**	**28.182.537**	**38.948.299**	**37.514.599**

28.2 Garantias

Tipo de garantia	**Modalidade**	**31/12/2015**	**31/12/2014**
Aval de acionista	Seguro de vida	129.738	120.721
Depósito caucionado	Ações judiciais	49	49
	Compra de energia	291	987
	Outros	81	81
Fiança bancária	Ações judiciais	123.059	133.385
Fiança corporativa	Empréstimos e financiamentos	292.633	67.544
Recebíveis	Compra de energia	108.643	148.558
	Empréstimos e financiamentos	7.355	11.476
	Outros	20.135	21.274
Notas promissórias	Empréstimos e financiamentos	238.235	11.476
Seguro garantia	Ações judiciais	39.754	3.737
		959.973	**519.288**

29 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades.
As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes.
Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Valor em risco	**Limite máximo de indenização**	**Valor em risco**	**Limite máximo de indenização**
Subestações	366.327	24.000	356.872	24.000
Almoxarifados	13.946		11.679	
Prédios e conteúdos (próprios)	12.932	50.992	12.841	26.472
Prédios e conteúdos (terceiros)	24.113		26.472	
Transportes (materiais)			2.500	2.500
Transportes (veículos)	1.600	1.600	1.600	1.600
Acidentes pessoais	129.738	(*)	120.721	(*)

(*) Em acidentes pessoais o valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo um limite mínimo de R$51 e o limite máximo de R$517.
A Companhia possui seguro patrimonial das subestações onde, dentre os itens segurados, destacam-se máquinas e equipamentos de transmissão e distribuição de energia elétrica.
A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil estendida para a Companhia com os limites conforme apresentados abaixo:
(i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R$20.000;
(ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R$17.572; e
(iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R$77.565.

30 Eventos subsequentes

30.1 Captação de recursos - Banco Votorantim

Em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 29 de dezembro de 2015 e em 27 de janeiro de 2016, foi aprovada a emissão de 10.000 debêntures simples, totalizando o valor de R$100.000, sendo a 6ª emissão, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, junto ao Banco Votorantim, em conformidade com a Instrução CVM nº 476/09, pelo prazo de 48 meses, com custo de CDI acrescido de 2,30% a.a., amortização semestral a partir do 24º mês e juros semestrais a partir da emissão. O crédito referente a esta emissão ocorreu no dia 05 de fevereiro de 2016.

30.2 Provisões Cíveis

Em janeiro de 2016 ocorreu a decisão judicial positiva às Distribuidoras no âmbito da Suspensão de Sentença proposta pela ANEEL, bem como a contabilização da CCEE, a contingência classificada em 31 de dezembro de 2015 como Provisões Possíveis - Cíveis no valor de R$89.473 (Nota 19.1.2.1) passou a ser considerada como perda remota.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Presidente

Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire
Vice-Presidente

Luiz Otavio Assis Henriques
Conselheiro

Michel Nunes Itkes
Conselheiro

Carlos Emanuel Baptista Andrade
Conselheiro

Pompeu Freire de Mesquita
Conselheiro

DIRETORIA

Michel Nunes Itkes
Diretor-Presidente

Marney Tadeu Antunes
Diretor Técnico e de Ambiente e Diretor Comercial

Elisa Saeko Ishizaka Turci
Gestora Executiva de Consolidação e Contabilidade

Renan Silva Sobral
Contador - CRC 1SP271964/O-6

Mayté Souza Dantas de Albuquerque
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Donato da Silva Filho
Diretor de Gestão de Ativos
e Administrativo e de Regulação

José Roberto Pascon
Diretor de Sustentabilidade

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Bandeirante Energia S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Bandeirante Energia S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.
Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bandeirante Energia S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outros assuntos

Informação suplementar - Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, uma vez que as IFRS não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 1º de março de 2016

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Valdir Renato Coscodai
Contador CRC 1SP165875/O-6